

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio Econômico
Departamento de Ciências Econômicas

INDUSTRIALIZAÇÃO NA PERIFERIA: REVISITANDO A EXPERIÊNCIA TÊXTIL EM
BLUMENAU NO PERÍODO 1880-1930 A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA
HISTÓRICO-MUNDIAL

MARCELO FRACALOSSI DE MORAES

Florianópolis, 2015

MARCELO FRACALOSSI DE MORAES

INDUSTRIALIZAÇÃO NA PERIFERIA: REVISITANDO A EXPERIÊNCIA TÊXTIL EM
BLUMENAU NO PERÍODO 1880-1930 A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA
HISTÓRICO-MUNDIAL

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da
Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito
obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências
Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Antônio Vieira
Coorientador: Dr. Helton Ricardo Ouriques

FLORIANÓPOLIS
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,5 ao aluno Marcelo Fracalossi de Moraes na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Florianópolis, 9 de julho de 2015

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Pedro Antônio Vieira (Orientador)

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques (Coorientador)

Prof. Dr. Daniel Ricardo Castelan

*Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver do Universo...
Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer
Porque eu sou do tamanho do que vejo
E não, do tamanho da minha altura...*

(Alberto Caeiro)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro aos meus pais Valdemir e Áurea, que durante toda a minha vida me deram carinho quando precisei, investiram incessantemente na minha educação e me ensinaram valores éticos e morais com os quais sempre nortearei minhas decisões. Sem a ajuda de vocês dois eu não sei onde estaria.

Ao meu irmão Rodrigo, que foi meu primeiro amigo e que devido à nossa diferença de idade sempre me serviu de exemplo.

Aos meus amigos de longa data e aos grandes amigos que tive a oportunidade de conhecer durante a faculdade, Gustavo, John, Guido, Gabera, Vítor, Diego, Alfredo, Maicon, Vinicius, Alberto, Léo, Pedro. Vocês sempre farão parte de mim apesar das distâncias que vão crescendo.

A Carla, minha paixão e tantas vezes minha bússola, obrigado por todo o tempo de amor, carinho, cuidado, preocupação, choro e muita compreensão.

Ao professor Pedro Antônio Vieira, por todos os ensinamentos, dedicação e paciência em me orientar durante essa árdua pesquisa.

A UFSC, origem de tantos anos de educação e alegria.

A todos que participaram de alguma forma na minha educação acadêmica e pessoal, meu muito obrigado!

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de expor a origem da indústria têxtil na cidade de Blumenau destacando possíveis efeitos que as mudanças cíclicas decorrentes do Ciclo Sistemico de Acumulação Britânico (CSAB) e a expansão da economia-mundo capitalista ocorridas durante o longo século XIX (1780 a 1930) acarretaram sobre este processo. Utilizando as idéias de Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, pretendemos associar os efeitos das expansões material e financeira na região central durante o CSAB com os resultados de uma leitura crítica, sob a ótica da Economia Política do Sistema Mundo (EPSM), das obras que tratam da colonização e industrialização na região em que se encontra a cidade de Blumenau. Argumentamos que essas mudanças sistêmicas ocorridas na economia mundial e em parte, concretizadas em Blumenau pela parceria entre o Estado brasileiro e o fluxos (financeiros, de bens de capital, de mão-de-obra) provenientes da região central, colaboraram para o formato da industrialização e de certa forma o limitaram, de maneira que este, não se tornou capaz de modificar a posição desta região na distribuição e concentração de riqueza no sistema-mundo, e por isso, mesmo com a introdução do processo industrial, seu papel de economia subsidiária à produção agroexportadora da cadeia mercantil do café não se modificou no período 1880-1930.

Palavras-chave: Indústria Têxtil, Blumenau, Sistema-Mundo, Ciclos Sistemicos de Acumulação, Imigração Alemã

ABSTRACT

The objective of this research is to explain the origins of the textile industry in the city of Blumenau indicating the possible effects that cyclical changes, derived from the British Systemic Cycle of Accumulation and the expansion process of the capitalist world economy, that occurred during the Long Nineteenth Century (1780-1930) came upon this process. Applying the concepts of authors Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, we aim to associate the effects of the phases of material and financial expansions in the central region during the British Systemic Cycle of Accumulation with the results of a critical analysis, based in a Political Economy of the World System point of view, of the works dealing with the subject of colonization and industrialization in the region where the city of Blumenau is located. We state that systemic changes that took place in the world economy and partly materialized in the city of Blumenau in the form of an association between the Brazilian State and financial, machinery and labour flows that came from the central region, allowed and limited the shape of industrialization in that region. Because of that, the colonization and industrialization that occurred, did not change that region's position inside the world-system's distribution and concentration of wealth, so that even with the introduction of the industrial process, the region's subsidiary role to the coffee's export-oriented production inside the coffee commodity chain, did not change on the period of 1880-1930.

Key-words: Textile Industry, Blumenau, World-Systems, Systemic Cycles of Accumulation, Germanic Immigration

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Principais Núcleos de Colonização Alemã no Vale do Itajaí.....	36
Figura 2 - Configuração da Produção Têxtil da Cia. Hering em Blumenau (1880-1930).....	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Investimentos Britânicos 1825 / 1913 (milhões de libras).....	24
Tabela 2 – Produção da indústria têxtil algodoeira 1853 / 1948.....	27

LISTA DE ABREVIATURAS

CSA	Ciclo Sistêmico de Acumulação
CSAB	Ciclo Sistêmico de Acumulação Britânico
EFSC	Estrada de Ferro Santa Catarina
EPSM	Economia Política dos Sistemas-Mundo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 AS EXPANSÕES MATERIAL E FINANCEIRA NO CSAB E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO BRASIL.....	14
2.1 Expansão Material e Industrialização da Europa Continental.....	15
2.2 A expansão financeira no Ciclo Sistêmico de Acumulação Britânico e suas consequências para a economia brasileira.....	17
2.2.1 Os Ciclos Sistêmicos de Acumulação.....	18
2.2.2 Impactos da expansão financeira sobre o Brasil.....	20
3 COLONIZAÇÃO NO VALE DO ITAJAÍ E FORMAÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL EM BLUMENAU.....	29
3.1 Interpretações sobre a origem da indústria têxtil no Vale do Itajaí.....	29
3.2 Origem da indústria têxtil em Blumenau sob a ótica da EPSM.....	32
3.2.1 Colonização do Vale do Itajaí e imigração europeia no século XIX.....	33
3.2.2 A colônia Blumenau e a gênese da indústria têxtil na região do Vale do Itajaí.....	40
3.2.3 A Indústria Têxtil e a Gebrüder Hering.....	43
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
5 REFERÊNCIAS.....	52

1 – INTRODUÇÃO

A origem e avanço do processo industrial no Brasil já foi objeto de diversos estudos que propuseram diferentes explicações sobre qual teria sido sua gênese. Grande parte das análises considera tanto o desenvolvimento da economia cafeeira quanto a condições externas à economia brasileira, os fatores-chave à origem do capital industrial. No entanto, no caso da origem da indústria no Vale do Itajaí, no estado de Santa Catarina, uma parte substancial das explicações atribuem tanto a colonização da região, quanto a acumulação originária de capital utilizada na implantação do processo industrial, a uma suposta superioridade do colono europeu em relação ao resto da sociedade brasileira escravocrata de meados do século XIX (HERING, 1987; BOSSLE, 1988). Estas visões atribuem dentre fatores mais importantes, à superioridade étnica, cultural e técnica como capaz de dinamizar os processos que possibilitaram o progresso econômico e o surto industrial, chegando a negar a influência da produção cafeeira no desenvolvimento das forças produtivas na região. Apesar das inegáveis contribuições da colonização alemã não só para a ocupação da região mas também para a acumulação originária do processo industrial em Blumenau, estas análises nos parecem carecer de uma maior consideração sobre as influências internas da economia brasileira no processo de formação desta região; e apesar de atribuir ao colono imigrante europeu o progresso econômico, levam pouco em conta as transformações que ocorreram na economia-mundo capitalista durante o século XIX, e o papel do Brasil dentro desta, deste modo diminuindo o peso que alguns fatores internos e externos à economia nacional teriam sobre a formação e desenvolvimento da indústria.

Dentre estas e outras abordagens podemos citar, os estudos que restringem seu enfoque a interpretações de configuração por vezes etnocêntrica e antropológica (VIANNA, 2005; HERING, 1987), os que negam influências da economia interna para a formação econômica (BOSSLE, 1988) e os que levam em conta o papel do comércio de importação e exportação e da economia subsidiária como fonte de acumulação originária para a indústria (CEAG, 1980),

Mesmo as interpretações sobre a origem industrial do Brasil que levam em conta os determinantes internos e os fatores externos à economia brasileira, ao tratar da influência externa, sofrem de um grande entrave em suas análises, que é causado justamente por utilizarem a unidade de análise proveniente da idéia de “economias nacionais”, no caso a brasileira. Tendem com isso, a focar seu estudo em curto prazo nos choques externos provenientes de momentos de instabilidade econômica internacional, dentro de um ponto de

vista conjuntural, dando menor importância aos aspectos e mudanças estruturais tanto locais quanto sistêmicas.

Tendo em vista este cenário, o objetivo desta pesquisa será de, contribuir para ampliação do estudo sobre os fatores que contribuíram para a industrialização na cidade de Blumenau a partir da leitura crítica das principais obras que abordam o tema, destacando pontos que não foram devidamente considerados nestes estudos, numa tentativa de ampliar a unidade de análise revisitando e reconsiderando os determinantes do processo de industrialização em Blumenau, sob a ótica da Economia Política do Sistema-mundo.

A escolha do período 1880-1930 se deu pelo fato de que em Blumenau, a primeira indústria têxtil ter sido fundada em 1880, enquanto que 1930 marca a data de mudança da política do Estado com o começo de um amplo processo de industrialização no país.

Se faz importante salientar a ampla utilização nesta pesquisa, de fontes secundárias de informação para a construção da hipótese, devido à dificuldade de encontrar dados primários sobre o tema de pesquisa no período estudado. Na tentativa de superar esse impasse e conservar a organização das fontes de forma suficientemente coerente e fidedigna com padrões acadêmicos, serão utilizadas fontes secundárias provenientes de trabalhos científicos, além da utilização da ótica da EPSM como referência teórica na formulação do trabalho.

Para atender o objetivo desta pesquisa, a exposição feita nesse estudo consiste na articulação entre a leitura crítica das principais interpretações sobre a colonização no Vale do Itajaí e a origem e o avanço da indústria têxtil em Blumenau, com transformações sistêmicas que ocorreram durante o longo século XIX na região central da economia-mundo capitalista e na economia agroexportadora de café do Brasil durante os ciclos de expansão material e financeira do CSAB. Para isso será feita uma análise do conjunto das obras sobre a gênese da indústria têxtil em Blumenau, a partir de conceitos formulados e desenvolvidos por Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi. Dentro desses conceitos serão utilizados instrumentais teórico-metodológicos da análise dos Sistemas-mundo, por considerarmos esta, a partir de uma análise sistêmica de longa duração, a que melhor explica o desenvolvimento e as relações entre o conjunto das partes que formam o sistema interestatal mundial.

Serão utilizados os conceitos de análise da EPSM compostos por Immanuel Wallerstein sobre o sistema histórico e sobre centro, periferia e semiperiferia no sistema-mundo e os condicionantes impostos pelo centro sobre o resto do sistema, através da divisão internacional do trabalho e do capital (WALLERSTEIN, 2011). Também serão usados os conceitos desenvolvidos por Giovanni Arrighi dentro da análise da economia-mundo, sobre os Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA) existentes no decorrer da expansão da economia-

mundo capitalista ao longo da história, e identificados segundo a nacionalidade dos agentes (estatais e privados) que detinham o poder hegemônico sobre o sistema mundo capitalista. Assim, os ciclos foram divididos: O ciclo genovês no século XV até o início do século XVII, o holandês do fim do século XVI até o século XVIII, o britânico da metade do século XVIII até o início do século XX, e o norte-americano do fim do século XIX até o período atual. Aqui será estudado o impacto da mudança da expansão material para a financeira dentro do Ciclo Sistêmico de Acumulação Britânico (CSAB) que ocorreu a partir de 1870 (ARRIGHI) sobre o processo de financeirização e sobre a industrialização na Europa continental (LANDES, 1994), apontando possíveis consequências sobre a colonização no Vale do Itajaí e sobre os processos que originaram a implantação da indústria têxtil em Blumenau durante o século XIX.

Desta forma, pretende-se identificar relações entre o surgimento da indústria têxtil em Blumenau e o processo sistêmico da expansão territorial e econômica da economia-mundo capitalista durante o CSAB (1780-1930). Para obter esse resultado, a pesquisa será dividida em mais três capítulos, além desta breve introdução. No próximo capítulo será apresentada dentro da ótica da EPSM, a idéia de CSA, sua divisão entre expansão material e expansão financeira, como estas se configuraram dentro do CSAB, influenciando o processo de industrialização na Europa continental, a expansão da economia agroexportadora de café e sua relação com a subsequente industrialização no Brasil.

O Capítulo 3 destina-se a apresentar e analisar criticamente os principais estudos feitos a respeito dos processos ocorridos no Vale do Itajaí durante o século XIX que teriam engendrado a implantação da indústria têxtil em Blumenau. Posteriormente pretendemos realçar prováveis influências e efeitos que as transformações e a expansão da economia-mundo capitalista, ocorridas durante o Longo Século XIX no CSAB, podem ter causado sobre o processo de colonização e a acumulação originária utilizada na implantação da indústria têxtil em Blumenau.

Seguem-se as considerações finais, tratando dos possíveis avanços ao estudo da colonização do Vale do Itajaí e no processo de industrialização de Blumenau trazidos por esta análise. Por fim, serão consideradas as limitações da pesquisa, e com elas o potencial de futuros estudos nessa área.

2 – AS EXPANSÕES MATERIAL E FINANCEIRA NO CSAB E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO BRASIL

A hipótese levantada nessa pesquisa é de que mudanças ocorridas na região central da economia-mundo capitalista durante o século XIX, podem ter influenciado o processo de industrialização do setor têxtil ocorrido a partir de 1880 em Blumenau, no estado de Santa Catarina. Neste capítulo, serão reunidos e analisados os fatores exógenos à economia brasileira que teriam influenciado nesse processo de industrialização. Na tentativa de sustentar a hipótese levantada nesta investigação, será utilizado ferramental teórico extraído da ótica da EPSM.

Primeiramente será explicado como, segundo a ótica da EPSM, se deu a mudança da expansão material para a expansão financeira, em meados do século XIX, dentro do CSAB. Mostraremos como a expansão financeira provocou a ampliação das fronteiras do sistema-mundo capitalista durante a segunda metade do século XIX, analisando seus efeitos sobre a região central e sobre o Brasil. Finalmente, exporemos a hipótese de que esse processo de expansão pode ter influenciado na colonização e posterior industrialização em Blumenau, a partir do último quartil do século XIX. Será utilizada a teoria elaborada por Giovanni Arrighi à respeito dos CSA que se formaram e se sucederam ao longo do tempo, na economia-mundo capitalista. Também será utilizada majoritariamente a análise histórica do processo de industrialização da Europa continental, feita por David Saul Landes, além de contribuições de outros autores. Para o estudo das modificações ocorridas no Brasil utilizaremos as obras de Caio Prado Jr, Celso Furtado, Paul Singer e Werner Baer. Utilizando o ferramental teórico formado pelo estudo da EPSM, sugerimos que a expansão financeira do CSAB e suas consequências para a economia-mundo capitalista, causou impactos sobre a gênese e o desenvolvimento da indústria têxtil em Blumenau, ocorrida a partir de 1880.

Para melhor entendermos os aspectos sistêmicos que podem ter influenciado a implantação da indústria têxtil em Blumenau, primeiro verificaremos como ocorreram as transformações nas regiões centrais do sistema-mundo capitalista, e dessa forma poderemos ter uma melhor idéia de quais podem ter sido os posteriores impactos no Brasil e em Blumenau.

Durante o século XIX, ocorreram diversas transformações na Europa. Uma importante mudança foi, segundo Giovanni Arrighi, o fim do ciclo de expansão material e o começo do ciclo de expansão financeira dentro do CSAB. Esta mudança ocorreu devido ao acirramento da competição intercapitalista na região central do sistema, conforme se disseminou o

processo de produção industrial (ARRIGHI, 1996). Para verificarmos como essa mudança ocorreu, usaremos como referência a análise histórica feita por David Landes sobre o processo de industrialização ocorrido na Europa continental.

2.1 Expansão Material e Industrialização da Europa Continental

Para Landes (1994), dentre as dificuldades encontradas para a industrialização da Europa continental no período pré-fabril estavam, o maior tamanho dos territórios e a falta de acesso amplo à navegação, o que aumentava o custo do transporte e fragmentava os mercados. Isso, aliado à menor disponibilidade de matérias-primas que eram utilizadas na tecnologia industrial desenvolvida na Grã-Bretanha, como foi o caso do carvão mineral. Outra diferença importante entre a Grã-Bretanha e o continente era a distribuição mais desigual de renda neste último, o que não formava grande demanda além dos poucos pertencentes às classes mais abastadas, desestimulando o consumo de produtos padronizados. Além disso, um grande desestímulo à industrialização foi também a falta de capital disponível para investimento. A maior parte do escasso capital disponível era destinada à renda da terra, que na época ainda proporcionava ganhos excepcionais. Outro grande bloqueio para a industrialização do continente, foi a instabilidade política causada por rebeliões e guerras desde a Revolução francesa até a batalha de Waterloo. Estas, isolaram a Europa continental prejudicando a difusão de novas técnicas que surgiram na Grã Bretanha durante esse período (LANDES, 1994). Segundo Landes:

Elas acarretaram destruição de capital e perdas de potencial humano; instabilidade política e angústia social amplamente disseminada; a dizimação dos grupos empresariais mais ricos; toda a sorte de interrupções do comércio; inflações violentas e alterações de moeda (Landes, 1994, p. 148).

Porém, a partir de 1815 começa a chamada *Pax Britannica* e com ela, aumenta a demanda das famílias e os obstáculos topográficos vão sendo gradativamente superados dentro do continente europeu. As tentativas iniciais de *catching up* por parte dos empresários, ao nível de desenvolvimento industrial encontrado na Inglaterra, foi inicialmente infrutífera, pois conforme o capitalismo industrial inglês se desenvolveu, se ampliou a defasagem técnica enfrentada pelos novos concorrentes para a entrada nos mercados. Por isso, os investimentos continentais se focaram primeiramente em processos industriais de menor escala e produtividade, pois já em 1815 construir uma planta industrial com capacidade de concorrer com a tecnologia de ponta inglesa exigia um montante de capital inicial altíssimo. Na primeira parte do século XIX, a industrialização na Grã-Bretanha já se consolidara. O processo de

industrialização na parte continental da Europa ocorreu relativamente atrasado em relação à Grã-Bretanha, ilha onde na metade do século XIX se produzia aproximadamente dois terços do carvão mineral mundial e mais da metade do ferro e dos tecidos de algodão, não enfrentando expressiva concorrência de nenhuma outra região até então. No continente, o processo de aprendizado e transferência tecnológica começou desde o século XVIII, apesar das crescentes barreiras à difusão tecnológica que foram sendo criadas pelos ingleses. Um fator condicional também foi a centralização da autoridade política, o que permitiu estabilidade suficiente para o desenvolvimento de atividades empresariais, outrora dificultadas pela grande fragmentação de reinos, cada um com suas próprias leis, cortes, moedas e barreiras alfandegárias (LANDES, 1994).

Após 1815, mudanças econômicas e institucionais deram grande impulso ao aumento da demanda de produtos manufaturados e à oferta de bens de produção. Houve também, um grande “boom” de crescimento populacional que gerou aumento da disponibilidade de mão-de-obra e demanda por produtos industrializados. Ocorreu a unificação dos mercados internos nacionais, com o fim das barreiras internas existentes antes das unificações políticas. Em toda a Europa houve grande avanço dos meios de transporte incluindo construção de ferrovias, estradas e obras fluviais na primeira parte do século XIX, o que provocou grande diminuição dos custos e tempo de transporte (LANDES, 1994). O processo de imigração de mão-de-obra europeia para o Brasil se deu inicialmente pelo aumento populacional que esbarrou na escassez de recursos de uma sociedade pré-industrial. Porém, conforme a indústria se expandiu também criou um excesso populacional, mas desta vez por outros motivos. No caso da Alemanha por exemplo, a migração no período anterior a 1880 foi formada majoritariamente por camponeses e artesãos sem ocupação. A industrialização avançava com grande força a partir de meados da década de 1860, facilitada pelo processo de unificação política alemão, o que fez com que, já a partir de 1880 a imigração fosse consequência do desenvolvimento da grande indústria que tornou parte da população desempregada. Esta que era formada por artesãos tornados obsoletos, proletários desempregados pelas empresas em épocas de crise conjuntural, e camponeses tornados obsoletos pela revolução agrícola. Só na década de 1880, 1.350.000 alemães deixaram seu país (SINGER, 1977). Portanto o processo de imigração europeia foi uma válvula de escape para pressões sociais causadas primeiramente pela incapacidade do modo de produção pré-industrial de absorver o aumento populacional e posteriormente pela exclusão de parte da mão-de-obra tornada obsoleta pelo processo de industrialização. Sobre a emigração na Alemanha, Paul Singer afirma:

Entre 1820 e a década dos trinta de nosso século, mais de 6 milhões de alemães deixaram seu país natal. A emigração absorveu em média 1/7 do aumento vegetativo da população neste período (SINGER, 1977, p.86).

A localização das indústrias na Europa continental, principalmente no caso da produção têxtil, se deu pela disponibilidade de mão-de-obra rural barata, encontrada geralmente em locais com escassez no solo ou grande fragmentação de terra, o que obrigava o camponês a complementar sua renda trabalhando na indústria (LANDES, 1994).¹

Inicialmente as empresas se financiavam com seus próprios rendimentos e posteriormente utilizaram cada vez mais o capital financeiro. A disponibilidade de capital para investimentos industriais e de infraestrutura aumentou em parte pelo crescimento da renda e pela grande acumulação da indústria dentro do continente. Porém, a maior parte da oferta de crédito vinha de Londres, que na época já era o centro financeiro mundial. Conforme as empresas continentais foram absorvendo técnicas de produção mais avançadas, foi diminuindo a dependência tecnológica que esses países tinham da Grã-Bretanha. A expansão da indústria têxtil na Europa continental, ocorreu paralelamente ao progresso tecnológico desse setor, principalmente entre 1815 e 1830, com a substituição das máquinas de fiação manual para as mecanizadas, e de 1855 a 1870 com a introdução dos filatórios automáticos. A grande disponibilidade de capital, unida com o grande aumento da demanda por bens de produção nesse setor fez com que em 1840 já houvesse em Mulhouse, na França, um grande centro de exportação de fiandeiras e teares automáticos. Com o crescimento da produção, cresceu também o consumo de algodão cru na indústria. Na Alemanha entre 1830 e 1840, o consumo aumentou oito vezes. Temos portanto na primeira metade do século XIX, uma ampla difusão das técnicas industriais têxteis originadas da Grã Bretanha, pela Europa. A partir de 1850 há uma aceleração no ritmo de desenvolvimento da Europa continental, o que foi possibilitado pelas unificações políticas e pelo fim das barreiras geográficas, dado pela expansão da infraestrutura de transporte intraeuropéia que diminuiu distâncias e barateou os custos de transporte (LANDES, 1994).

2.2 A expansão financeira no Ciclo Sistêmico de Acumulação Britânico e suas consequências para a economia brasileira

A disseminação da indústria na Europa durante o século XIX marcou o auge da expansão material do CSAB e acabou provocando uma mudança cíclica para a fase de

¹ Podemos observar aqui similaridades entre a formação da indústria na Europa continental e da indústria no Vale do Itajaí, sendo neste último, onde como veremos no capítulo 3, aos imigrantes eram alocadas propriedades de tamanho inferior ao ideal para o sustento de suas famílias, e por isso acabavam tendo que complementar a

expansão financeira. Essa mudança, causou impactos profundos não só nas regiões centrais, mas também na periferia do sistema-mundo, influenciando e condicionando o processo de industrialização que ocorreu no Brasil. A seguir, será explicado brevemente a dinâmica dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA), segundo a visão de Giovanni Arrighi e também o impacto que as mudanças cíclicas no CSAB causaram na economia brasileira, no fim do século XIX e começo do século XX.

2.2.1 Os Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA)

De acordo com Giovanni Arrighi, ao longo de sua expansão, o moderno sistema-mundo (ou a economia-mundo capitalista) passou por diferentes reestruturações que determinaram suas diferentes fases. Após constatar essas fases, Arrighi pôde compará-las e identificar que em cada uma, um certo grupo de agentes Estatais e capitalistas, detia poder hegemônico sobre o sistema, controlando e coordenando a expansão da economia-mundo capitalista. Dessa constatação Arrighi observou, analisando a trajetória histórica do sistema, a alternância dos diferentes ciclos sistêmicos de acumulação (CSA), onde acontecem a ascensão e a queda de arranjos de poder e de acumulação capitalista ao longo de cada ciclo. Analisando comparativamente os diferentes e sucessivos CSA, Arrighi pôde identificar a recorrência de padrões e fatores que influenciaram e definiram cada fase cíclica e cada mudança sistêmica. O aspecto central da análise desses padrões gira em torno da rotatividade entre períodos de expansão material e de expansão financeira (ARRIGHI, 1996).

Utilizando a fórmula geral do capital apresentada por Karl Marx (D-M-D') não só como sendo a lógica dos investimentos capitalistas, mas também como um padrão dentro dos ciclos históricos da economia-mundo capitalista, Arrighi verificou duas fases de expansão, que juntas constituem um completo CSA: a fase de expansão material como sendo de acumulação de capital (D-M), onde o capital em forma monetária é alocado na expansão dos fatores de produção (força de trabalho e capital), que utilizados dentro do enfoque capitalista de produção são transformados em mercadoria; a fase de expansão financeira (D-D'), onde uma crescente quantidade de capital em forma monetária deslocada da forma mercadoria se acumula através de acordos financeiros, o que acontece em períodos onde o investimento na produção não se torna mais lucrativo do que o resultado de negociações puramente financeiras, sendo mais interessante ao capitalista alocar seu capital na forma monetária (ARRIGHI, 1996, p. 6-8).

renda que obtinham de seu trabalho na terra, com outras formas de trabalho, sendo uma delas a extração de madeira e o subsequente trabalho nas fábricas.

A partir do uso do método histórico de análise, Arrighi pôde observar que os ciclos de expansão material determinam dentro da dinâmica do sistema-mundo capitalista, “fases de mudanças contínuas, durante as quais a economia capitalista mundial cresce por uma única via de desenvolvimento”, enquanto os ciclos de expansão financeira determinam “fases de mudanças descontínuas, durante as quais o crescimento pela via estabelecida já atingiu ou está atingindo seus limites”. Esses dois ciclos de expansão historicamente têm determinado, respectivamente, os períodos de ascensão e queda das hegemonias dentro do sistema-mundo. Foram identificados quatro CSA, definidos de acordo com o poder hegemônico de cada ciclo: O Genovês dos séculos XV e XVI, o holandês dos séculos XVII e XVIII, o britânico dos séculos XVIII, XIX e XX, e o norte-americano do século XX até a atualidade. Na argumentação de Arrighi, o fim de um ciclo acontece intercaladamente ao começo de outro, e se dá quando as estruturas hegemônicas de um ciclo se esgotam e dão lugar a outras estruturas de poder e de acumulação de capital. Estas são formadas às margens do poder hegemônico, por outros agentes governamentais e empresariais que estão distintamente situados para organizar e regular uma nova expansão que vai reestruturar a economia-mundo capitalista num novo ciclo sistêmico de acumulação (ARRIGHI, 1996, p. 9-10).

Cada CSA se constitui de uma fase de expansão material que é seguida por uma fase de expansão financeira. Na primeira fase, a material, o poder hegemônico lidera o processo de expansão do sistema de um novo regime de acumulação. Nessa fase, ocorre a expansão da produção e da circulação de mercadorias, sendo essas esferas, as que proporcionam maior retorno, e por isso, onde se reproduz a maior parte do capital. Após a fase de expansão material, ocorre a expansão financeira. Esta é a fase terminal do ciclo onde ocorre a mudança sistêmica que produzirá um novo ciclo, com uma nova ordem e sob um novo poder hegemônico. Nesta fase o circuito financeiro proporciona maior rentabilidade do que o resultado de investimentos no circuito produtivo, e por isso, é nele onde a maior parte do estoque de capital é alocada. Isso ocorre porque a expansão da produção e do comércio tende a reduzir a taxa de lucro. A diminuição do lucro para o capital investido na produção provoca uma saturação da expansão material, o que gera um excesso crescente de liquidez, que não sendo realocada no setor produtivo se acumula no setor financeiro (ARRIGHI, 1996).

O capital líquido presente no setor financeiro, tende a se concentrar nas mãos dos agentes privados das regiões centrais, e é utilizado como uma saída para a perda da capacidade de expansão material e de regulação sistêmica, como foi o caso da financeirização do fim do século XIX. Nessa época o capital líquido circulante se concentrava na City de Londres, dado que o poder hegemônico nesse período era a Grã Bretanha, que possuía

posição dominante na acumulação mundial de capital. Porém, esse capital líquido não ficava parado. Com o fim da expansão material, ocorreu a desaceleração da produção e do comércio, o que impactou no orçamento dos Estados. Para combater essa realidade, os países formaram projetos expansionistas para alargar seus mercados e territórios de influência. Mas para efetuar tal empreitada precisaram de condições materiais que não possuíam e encontraram esses recursos no setor financeiro, através de um crescente endividamento público. Conforme os Estados aumentaram sua disputa pelo capital circulante, os rendimentos nos mercados financeiros se inflaram, expandindo também o processo de financeirização na economia-mundo (ARRIGHI 1996, p. 238).

Portanto, o processo de endividamento dos Estados, ocorrido na fase de expansão financeira do CSAB, os tornou dependentes e subordinados ao financiamento externo que tem origens na região central, mais especificamente, no Estado hegemônico do sistema-mundo. Essa dependência e subordinação se realiza pela adesão desses Estados às normas e determinações impostas pelo sistema financeiro, que ditam como e quais as políticas econômicas dessas nações devem ser implementadas. Políticas estas (em geral, equilíbrio orçamentário e estabilidade monetária, como são ditadas as regras em períodos de liberalização econômica, assim como na expansão financeira do fim do século XIX), que visam a proteção e valorização do capital financeiro alocado nessas regiões (POLANYI, 2000). A respeito do controle que as finanças britânicas exerciam sobre a economia-mundo capitalista nesse período, Polanyi afirma:

A associação desse capital com as indústrias pesadas levou Lenin a afirmar que o capital financeiro era responsável pelo imperialismo, principalmente na luta por esferas de influência, concessões, direitos extraterritoriais e as inúmeras formas de que se valeram as Potências Ocidentais nas regiões atrasadas, a fim de investir em ferrovias, serviços públicos, portos e outros setores permanentes nos quais as suas indústrias pesadas poderiam auferir lucros. (...) Já no último quarto do século XIX, os preços mundiais das mercadorias constituíam a realidade principal das vidas de milhões de camponeses continentais; as flutuações do mercado monetário de Londres eram anotadas diariamente pelo negociantes de todo o mundo, e os governos discutiam os planos para o futuro à luz da situação dos mercados de capitais mundiais. Só um louco duvidaria de que o sistema econômico internacional era o eixo da existência material da raça humana (POLANYI, 2000, p. 31-33).

2.2.2 Impactos da expansão financeira sobre o Brasil

Durante o século XIX a economia-mundo se expandiu e se estruturou de acordo com uma configuração que beneficiou a acumulação britânica, primeiramente no ciclo de expansão material e posteriormente no ciclo de expansão financeira do CSAB. Assim se organizou a divisão internacional do trabalho sob esse regime hegemônico, através do imperialismo de livre-comércio, que propiciou a expansão do sistema-mundo com a integração da produção e

da distribuição em cadeias mercantis mundiais. A divisão internacional do trabalho dentro do CSAB se configurava pela especialização da produção, de maneira que bens manufaturados e de maior valor agregado eram produzidos na região central do sistema-mundo (principalmente na Grã-Bretanha), enquanto bens primários eram produzidos nas regiões periféricas. Este arranjo prevaleceu durante grande parte do século XIX imposto pela Grã Bretanha, que interligava os mercados ao mesmo tempo que desestimulava integralizações verticais, em prol da especialização da produção em cada região e do desenvolvimento das cadeias mercantis ao longo do sistema, numa intrincada malha de relações comerciais centraliza na região central da economia-mundo capitalista (ARRIGHI, 1996).

Na periferia deste sistema, o Brasil tinha a finalidade principal de provir produtos primários agrícolas para a região central, principalmente à Grã-Bretanha. Esta função já se fazia assim desde sua integração ao sistema-mundo capitalista ocorrida no século XVI, e dessa forma continuou com o começo do ciclo de acumulação britânico em 1780; com a separação política do território brasileiro do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em 1822; e posteriormente com a Primeira República em 1889. Segundo Caio Prado Jr, o caráter geral da colonização brasileira desde seu começo era:

(...) uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais de grande expressão econômica. É para isto que se constituiu. A nossa economia subordinar-se-á por isso inteiramente a tal fim, isto é, se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros. Tudo mais que nela existe, e que, aliás, será sempre de pequena monta, é subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele objetivo essencial (PRADO JR., 1976, p. 41).

Apesar da independência e do fim do comércio colonial exclusivo com Portugal, o Império brasileiro continuou exercendo a mesma função dentro do sistema interestatal, pois sua produção continuou sendo de caráter primário e suas exportações continuaram sendo destinadas ao centro da economia-mundo, não se modificando sua posição dentro da divisão internacional do trabalho apesar da independência política. Além disso, seu mercado interno era abastecido quase inteiramente por produtos industriais provenientes da Grã-Bretanha, que no começo do século XIX não sofriam forte concorrência de nenhuma outra região do mundo. Portanto, o fim do pacto colonial retirou da metrópole portuguesa a exclusividade dos produtos provenientes da colônia, que passaram a fluir diretamente para o centro do sistema, sem intermediação de Portugal, mas não modificou a função do Brasil dentro do sistema-mundo (VIEIRA, 2006). Sua posição periférica, de provedor de produtos de caráter primário e comprador de produtos manufaturados de origem principalmente inglesa satisfaz os interesses britânicos durante a maior parte do século XIX, no período de expansão material do CSAB, quando a produção industrial da Grã-Bretanha se expandia em larga escala, e precisava de

fornecimento de produtos primários e de novos mercados, para o crescimento e escoamento de sua produção (ARRIGHI, 1996).

Sob o imperialismo de livre comércio imposto pela Grã-Bretanha e institucionalizado pela abertura dos portos às nações amigas (extinguindo o pacto colonial) em 1808 e pelo Tratado de Comércio e Navegação em 1810 (que cobrava dos produtos ingleses taxas de importação menores do que os produtos de outros países, inclusive os de Portugal), o Brasil abriu seus mercados para os produtos industrializados ingleses enquanto continuou exportando produtos primários, reafirmando sua secular posição dentro da divisão mundial do trabalho. Essa condição tornou a balança comercial brasileira deficitária durante o século XIX, o que conduziu ao crescimento do endividamento externo, que foi a forma utilizada de financiamento deste déficit permanente. Esse problema de endividamento se tornou uma nova forma de controle do poder hegemônico sobre as periferias. Dessa forma, seguindo a lógica de produção primário-exportadora e de importação de manufaturados, imposta internamente pela aristocracia rural brasileira (que sendo a classe dominante no Brasil, pôde influenciar as decisões de política econômica do Governo), e apoiada externamente pelos interesses hegemônicos da Grã-Bretanha, a industrialização no Brasil durante o século XIX e até 1930, apesar de se desenvolver, não contou com grandes estímulos Estatais. Apesar disso, a expansão financeira do CSAB a partir de 1870, iria trazer estímulos sistêmicos para a industrialização periférica. A introdução de infraestrutura de transporte e energia no Brasil tinha finalidade principal de diminuir os custos para a produção e exportação do café, mas também serviu de base para a integração do mercado interno, que permitiu um aumento do crescimento industrial no país (VIEIRA, SANTOS e COMERLLATO, 2006).

Segundo Paul Singer, no período entre 1870 e 1913, as mercadorias inglesas sofreram rivalidades de produtos provenientes principalmente da Alemanha e dos Estados Unidos, até então seus principais mercados, e que agora já dispunham de capacidade industrial para concorrer com a Inglaterra.

Os maiores mercados da Grã-Bretanha tinham sido nos Estados Unidos e na Europa e estavam agora sendo disputados pelo desenvolvimento das indústrias americana e alemã. Entre 1880 e 1890 a produção de aço dos Estados Unidos superou a da Grã-Bretanha; em mais outra década a produção alemã também ultrapassou a nossa (Barrat-Brown apud SINGER, 2006, p. 379-380).

A partir da década de 1860, as exportações de mercadorias britânicas começam a perder espaço relativo nos países da Europa continental e nos Estados Unidos, conforme estas regiões se industrializavam e passavam a proteger seus mercados na competição com os produtos ingleses. Segundo Singer:

A Europa e os Estados Unidos absorviam 52% das exportações do Reino Unido em 1860/70, porcentagem que cai a 50% das exportações em 1881/90, a 45% em 1901/10, para atingir o seu ponto mais baixo em 1927/29 com 41% (SINGER, 2006, p. 396).

A partir de 1870, começou o esgotamento do regime de acumulação britânico, com o acirramento da competição entre empresas e da crescente busca por insumos, que minavam o controle hegemônico sobre determinados mercados, conforme aumentavam a produção e o investimento não só no Reino Unido, mas também na Europa continental e nos EUA. Esse período de competição de preços gerou um período de depressão que durou de 1873 a 1896 e também assinalou o começo da expansão financeira dentro do CSAB que durou até 1930. Com a grande competição de preços, novos investimentos no setor de produção foram gradativamente diminuindo e o capital excedente foi sendo cada vez mais alocado no setor financeiro, que oferecia relativa segurança e lucratividade para os investimentos. Esse fluxo de capital líquido era fundido com capitais de toda a Europa e realocado pela City de Londres, em regiões ao redor da economia-mundo que possuíssem maior segurança e expectativa de rendimento (ARRIGHI, 1996). Segundo Filomeno, conforme a alocação de capital excedente foi se direcionando cada vez mais ao setor financeiro, este foi também adquirindo maior importância dentro do sistema, tanto para as empresas quanto para o Estado britânico. A convergência de interesses se dava pois o setor financeiro necessitava de apoio do poder hegemônico para se expandir e se garantir pelo mundo, ao mesmo tempo em que o imperialismo inglês contava com o capital circulante para financiar sua expansão territorial (FILOMENO, 2006, p. 54).

Segundo Maurice Niveau, conforme novos investimentos na Europa se mostravam cada vez menos rentáveis, o fluxo de capital financeiro achou uma válvula de escape ao se espalhar por outras regiões da economia-mundo capitalista que apresentavam maiores expectativas de rendimento, alcançando assim a periferia. Esta, exportava produtos primários para o centro e importava manufaturas, capital e força de trabalho. As regiões periféricas se beneficiaram pela entrada de capitais que além de financiar a expansão da produção de produtos primários, também acabou por permitir o desenvolvimento de suas indústrias (NIVEAU, 1969, p. 207). A partir da década de 1860, houve um crescente aumento de fluxos de capital financeiro vindos da região central para a América Latina, incluindo o Brasil, o que pode ser explicado pela expansão financeira do CSAB que começou nesta mesma década. Como podemos observar na tabela 1, os investimentos britânicos no Brasil aumentaram em quase 3 vezes de 1849 para 1865, e quase duplicaram entre 1885 e 1895.

Tabela 1 - Investimentos Britânicos 1825 / 1913 (milhões de libras)

Ano	América Latina	Brasil
1825	24,6	4,0
1849	30,8	6,9
1865	80,9	20,3
1875	174,6	30,9
1885	246,6	47,6
1895	552,5	93,0
1905	688,3	122,9
1913	1177,5	254,8

Fonte: Irving Stone. **Storia Contemporanea**, Roma, 1971, p. 496 e 500. In. (SILVA, 1981, p. 36).

Grande parte deste capital era destinada ao equilíbrio de contas do Estado brasileiro, através do aumento da dívida externa. Durante esse período o Brasil já tinha uma dívida externa crescente, que foi uma forma de acumulação central importante durante a fase de financeirização do CSAB. Ao mesmo tempo ocorreu crescente desvalorização da moeda brasileira com fins de aumentar as exportações, o que agravou ainda mais o problema da dívida externa e levou o governo a aplicar políticas de austeridade fiscal. Estas políticas, devido à própria lógica da economia brasileira apoiada na expansão de exportações, não aumentaram os impostos sobre exportações, restando a taxaço sobre importações a saída encontrada. A política fiscal do Estado em fins do século XIX acabou então por proteger a indústria interna nascente, pois aumentou os impostos de importação visando o equilíbrio das contas nacionais a partir de uma política econômica que não afetasse as exportações. Essa política foi adotada mesmo com o descontentamento de exportadores ingleses pois, de outra forma, o país iria incorrer em dificuldades de pagamento da dívida externa, o que não seria interessante para os credores (também ingleses) num período onde a principal forma de exportação de capital das regiões centrais para o Brasil se realizava através de empréstimos ao Estado. (SILVA, 1995).

Durante o século XIX, a maior parte dos mercados consumidores que se formaram no Brasil, tinham sua demanda suprida pela oferta de produtos industrializados britânicos, alemães, estadunidenses e franceses. Porém, apesar de limitada e dispersa, a produção industrial local se desenvolveu já a partir de 1870. Essa industrialização incipiente foi estimulada pelo aumento da demanda local, provocado pelo crescimento da população e pelo aumento da renda, esta induzida pelas exportações. Porém isso não provocou um estímulo ao

desenvolvimento de grandes empreendimentos industriais no curto prazo, sendo mais coerente obter os bens de capital necessários para a produção local, através da importação de máquinas provenientes da região central. (FILOMENO, 2006, p. 58). Em meados do século XIX, vinham da Inglaterra, segundo Pedro Fassoni Arruda:

(...) os capitais, os técnicos e engenheiros responsáveis pela construção de ferrovias e demais obras de infraestrutura, as locomotivas e peças de reposição, maquinarias agrícolas e demais equipamentos para processar alimentos (usinas de açúcar, máquinas de beneficiamento de café, descaroçadores de algodão, moinhos de trigo etc.), fusos e teares mecânicos empregados nas fábricas de tecidos, caldeiras, máquinas a vapor e até o carvão consumido pelos navios a vapor e locomotivas, além de usinas de energia elétrica, pontes de ferro, trilhos de trem e vagões ferroviários, que chegavam inteiramente prontos para serem montados no país. Tudo, ou quase tudo que vinha da Grã-Bretanha, era transportado em navios de companhias de navegação britânica, que faziam os contratos de seguro junto a empresas igualmente britânicas (ARRUDA, 2009, p. 90-91).

A grande maioria das obras de infraestrutura fora da região central, foi montada com vistas a atender os interesses centrais e não como forma de incentivo à expansão industrial. No caso do Brasil, a maior parte da malha ferroviária foi construída para melhor integrar a produção de café com os portos e assim facilitar e diminuir o tempo e o custo do transporte do produto para os mercados do centro, além de, segundo Maurice Dobb, ser um formidável mecanismo de alocação de grandes quantidades de capital:

As ferrovias apresentam para o capitalismo a vantagem inestimável de absorverem enorme volume de capital. Nesse particular são ultrapassadas apenas pelos armamentos da guerra moderna e dificilmente igualadas pela construção urbana moderna. (...) as 2 mil milhas de estradas de ferro abertas no Reino Unido em 1847/48 devem ter absorvido quase 0,5 milhão de toneladas de ferro apenas em trilhos e coxins de trilhos, ou seja, 1/4 da produção de ferro naquela data (DOBB, 1983, p. 211).

Segundo Werner Baer, a construção de ferrovias no Brasil foi grandemente estimulada pelo Estado através de subsídios. Mas ao mesmo tempo que o Estado subsidiava esses projetos, recebia fluxos financeiros da região central, na forma de dívida externa. Além disso, também foram garantidas as taxas de retorno para estes investimentos até 1901, quando então o governo assumiu a construção da maior parte das novas linhas. Antes disso, a maioria das ferrovias foi construída por grandes empresas estrangeiras, com uso do capital financeiro abundante no período, que se fez disponível para esses empreendimentos, em grande parte graças às garantias Estatais (BAER, 2002). Este apoio do Estado, como já vimos, se deu pela influência que a classe agroexportadora de café possuía sobre a aplicação de políticas públicas por parte do Governo. Sobre a construção de ferrovias no Brasil, Baer afirma:

A extensão das ferrovias brasileiras cresceu de 14 quilômetros, em 1854, para 474 em 1864; 3.302 em 1884; 16.306 em 1904, e 33.106 em 1934. (...) Em 1870, quatro companhias britânicas eram proprietárias de 72% da extensão das ferrovias brasileiras (BAER, 2002, p.41).

No caso de Blumenau, apesar de não fazer parte de uma agenda deliberada de incentivo à produção industrial, o grande avanço na infraestrutura de transporte alcançado pela construção da “Estrada de Ferro Santa Catarina” (construída entre 1905 e 1909, neste caso, por uma empresa alemã através de capital alemão) que, juntamente com o transporte fluvial à vapor, ligou Blumenau ao porto de Itajaí, além da anterior construção da estrada Blumenau-Curitiba e do transporte fluvial a vapor no Rio Itajaí-açu, se mostrou um catalizador ao crescimento não só da indústria têxtil de Blumenau mas também de outros setores industriais no Vale do Itajaí, ao garantir escoamento de sua produção para outras regiões do país (MAMIGONIAN, 1965).

Na medida em que a concorrência entre os países industrializados aumentou, a América Latina se tornou um dos principais destinos para o capital financeiro internacional. O capital inglês já se encontrava no Brasil desde o tempo do império, quando o Estado contraiu 17 empréstimos, que em sua maioria foram usados para quitar outras dívidas públicas (SINGER, 2006, p. 364-365). Porém, entre 1880 e 1890 as inversões britânicas passam de 39,9 para 68,7 milhões de libras e de 1890 a 1913, chegam a 223,9 milhões. Destes, 117,4 milhões são empréstimos ao governo brasileiro e o resto inversões privadas. Apesar disso, a partir de 1920, conforme foi se estabelecendo como próxima força hegemônica do sistema, a oligarquia financeira dos EUA já tomava lugar de destaque na concessão de empréstimos ao governo brasileiro. Nessa década, quatro empréstimos provenientes de Nova Iorque somaram 176,5 milhões de dólares, fazendo dos EUA o maior credor do Brasil neste período (Ibid., p. 397-398). Como a receita de exportações era muito dependente da produção de café, dificuldades que acabavam acontecendo nesse setor forçavam o governo a tomar empréstimos para equilibrar suas contas externas. Nos anos após a proclamação da república, o compromisso em honrar dívidas e as políticas econômicas adotadas (financiadas ainda pelos mesmos credores), mantiveram a tomada de empréstimos a curto prazo, usados para ajustar as contas públicas devido à frágil estrutura tributária (ARRUDA, 2009, p. 93). Segundo Gasparian, sobre a dívida pública externa brasileira:

Em 1914, a dívida pública externa do Brasil já alcançava 717 milhões de dólares, sendo que os britânicos eram credores da maior parte daquela soma: US\$ 598 milhões. A França, ocupando a segunda posição, estava bem atrás, contando com US\$ 110 milhões, seguida de longe pelos EUA, para quem o governo brasileiro devia US\$ 5 milhões. O montante somado dos demais países atingia a modesta cifra de US\$ 4 milhões (GASPARIAN, 1973, p. 69).

Já nas últimas décadas do século XIX, apesar de os capitais ingleses ainda manterem sua liderança, a hegemonia inglesa não era mais incontestável, sofrendo competição oligopolista de cartéis e *trustes* da França, Alemanha, e Estados Unidos. A maior parte desse fluxo de capital veio para reforçar os setores complementares da economia agroexportadora de café no Brasil e reforçar seu papel dentro do comércio internacional². Porém, numa região com pequeno desenvolvimento de suas forças produtivas, como era o caso do Brasil, receber capital e tecnologia inexistentes no país até então (apesar de já serem obsoletas nas regiões centrais) provocou o surgimento de um encadeamento que acabou incentivando a indústria local, inclusive pelo aumento do mercado interno (além da infraestrutura e serviços já mencionados). Essas indústrias serviram inicialmente para atender de forma complementar o setor exportador (ARRUDA, 2009 p. 91).

Tabela 2 - Produção da indústria têxtil algodoeira 1853 / 1948

Ano	Número de Fábricas	Operários	Produção (1.000 metros)
1853	8	424	1.210
1866	9	795	3.586
1885	48	3.172	20.595
1905	110	39.159	242.087
1915	240	82.257	470.783
1921	242	108.960	552.446
1925	257	114.561	535.909
1929	359	123.470	477.995
1932	355	115.550	630.738
1948	409	224.252	1.119.738

FONTE: STEIN, Stanley. The Brazilian cotton manufacture. Cambridge. Mass., Harvard University Press, 1957, p. 191 (In: BAER, 2002, p. 46).

A implantação de indústrias no início do século XIX no Brasil foi dificultada pela instauração da “política de portas abertas”, pressionada no território brasileiro pelo poder hegemônico britânico. Porém as taxas de importação acabaram sendo aumentadas ao longo do século XIX chegando a 30% *ad valorem* em 1844. Essas taxas, além de serem usadas principalmente como instrumento para aumentar a receita do Estado, influenciaram o

² Atividades que no entanto, eram bastante abrangentes dentro da economia do país. Eram elas “agricultura, pecuária, extração mineral, serviços, transportes urbanos e de mercadorias (bondes e ferrovias), negócios financeiros (empréstimos aos Estados e à União), linhas de crédito destinadas ao aparelhamento de empresas particulares. Neste último caso preferencialmente para manter a dinâmica da economia agromercantil (...) (ARRUDA, 2009, p. 91).

aparecimento da indústria têxtil no país (BAER, 2002, p.45). O crescimento industrial no Brasil a partir da década de 1880 se tornou mais significativo, sendo que de 1866 para 1885 houve um aumento de quase seis vezes na produção têxtil algodoeira, e de 1885 para 1905 um aumento de quase 12 vezes, como podemos observar na tabela 2.

Até imediatamente antes de 1914 a produção de tecidos correspondia a 85% do consumo interno do país, o que indica que mesmo antes desta data, uma alta parcela do consumo desse produto já vinha sendo suprida pela produção interna. Sobre a importação de bens de capital, a maioria dos primeiros industriais brasileiros principalmente no setor têxtil, tinham anteriormente sido importadores. Isso também indica a origem do capital necessário para a instalação da indústria têxtil como proveniente do comércio, assim como as subsequentes facilidades na obtenção de crédito externo. (BAER 2002, p. 46).

Esse fato ocorreu principalmente em relação aos produtos têxteis; constatou-se, por exemplo, que, de 13 indústrias têxteis fundadas no século XIX e ainda em funcionamento em 1917, 11 eram controladas por importadores. (...) Os importadores também tinham acesso especial a credores europeus para financiamento da importação de maquinário (BAER, 2002, p.47).

Houve um substancial aumento da capacidade produtiva nos anos que precederam a 1ª Guerra Mundial, com todos os indicadores de formação de capital crescendo numa velocidade maior do que em qualquer período anterior. Isso se deu devido à valorização da moeda que permitiu o aumento das importações de maquinaria no período de 1905 a 1913. Já durante a guerra, apesar da diminuição da concorrência com o produto industrializado, também houve grande diminuição das importações de matéria-prima e de bens de capital, o que leva Baer a concluir que não houve grande catalisação ao desenvolvimento da indústria brasileira durante a 1ª Guerra Mundial. (BAER, 2002). Porém, no caso da Cia. Hering em Blumenau, o período de guerra não afetou o fornecimento de matéria-prima para a sua produção, pois em 1913 a empresa importou da Alemanha sua primeira máquina de fiação, integralizando essa etapa produtiva, sem mais precisar importar o fio da Alemanha. Com isso, a empresa pôde contar com o fornecimento de algodão do nordeste do país e com isso não sofreu forte impacto no fornecimento de insumos necessários para produção de suas mercadorias, como aconteceu com outras empresas que não tinham fiações próprias e importavam o fio da Europa para a sua produção (MAMIGONIAN, 1965).

3 – COLONIZAÇÃO NO VALE DO ITAJAÍ E FORMAÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL EM BLUMENAU

Este capítulo visará contribuir para o entendimento sobre a gênese da indústria têxtil na cidade de Blumenau a partir da leitura crítica de obras sobre este tema e do começo de uma análise sistêmica sobre os fatores que teriam gerado o processo de industrialização na região. Para isso, primeiramente serão expostas e analisadas as interpretações encontradas em obras que tratam do processo de colonização e da formação da acumulação que seria posteriormente utilizada na implantação da indústria na região do Vale do Itajaí. Logo após, será construída uma exposição sobre a formação da colonização e organização econômica do Vale do Itajaí durante o século XIX, e em seguida, tentaremos construir uma breve e preliminar análise da origem da indústria têxtil em Blumenau sob a ótica da EPSM.

3.1 Interpretações sobre a origem da indústria têxtil no Vale do Itajaí

A seguir serão expostas algumas interpretações sobre os fatores que teria propiciado a gênese da indústria na região do Vale do Itajaí. Uma dessas interpretações é de caráter etnocêntrico e se centraliza na idéia de uma superior capacidade do colono europeu de catalisar os processos que permitiram o progresso econômico. Estas abordagens possuem grande semelhança com as idéias tratadas na obra de Oliveira Vianna (2005), que justifica essa superioridade pela afirmação de que sociedades europeias eram mais maduras e estáveis, devendo ser usadas como referência para a constituição da organização social das colônias. Defende a noção de “progresso” como advinda das “luzes europeias”, e materializada pelo aumento da oferta de bens e serviços nas colônias. Nessa lógica, as populações de origem europeia teriam uma vantagem vinda do fato de terem fundado as instituições capitalistas modernas (VIANNA, 2005).

Toda a evolução histórica da nossa mentalidade coletiva outra coisa não tem sido, com efeito, senão um contínuo afeiçoamento, por meio de processos conhecidos de lógica social, dos elementos etnicamente bárbaros da massa popular à moral ariana, à mentalidade ariana, isto é, ao espírito e ao caráter da raça branca. [...] Essa função superior cabe aos arianos puros, com o concurso dos mestiços superiores e já arianizados. São estes os que, de posse dos aparelhos de disciplina e de educação, dominam essa turba informe e pululante de mestiços inferiores e, mantendo-a, pela compressão social e jurídica, dentro das normas da moral ariana, a vão afeiçoando, lentamente, à mentalidade da raça branca. (VIANNA, 2005, p.179-180).

Perspectiva semelhante se encontra na argumentação de Maria Luiza Renaux Hering, quem atribui papel secundário à força de trabalho brasileira assim como aos recursos previamente presentes na região do Vale do Itajaí (principalmente a extração e o comércio de madeira), dando enfoque principal ao colono alemão como sendo responsável pelo

desenvolvimento da região através da implantação da cultura e tradição europeias, apoiadas na superioridade técnica da força de trabalho e no modelo de empreendedorismo individual. A acumulação originária, que seria utilizada para a implantação da indústria, segundo esta abordagem, teria sido feita mediante ao aumento da poupança das famílias originado do trabalho da terra e concentrado na figura dos vendeiros. A poupança base para o investimento industrial, teria se originado do comércio, que por sua vez, se desenvolveu a partir da base rural. O colono trocava seu excedente de produção agrícola por manufaturados nas “vendas”. Os vendeiros, eram responsáveis pela importação e exportação dos produtos para a colônia, porém com o passar do tempo a casa comercial também teria começado a ser utilizada como uma espécie de banco, que financiava equipamentos rurais na medida que acumulava capital. Esse capital acumulado seria usado na ampliação da produção (serrarias e engenhos) com vistas à exportação. A inexistência de bancos, fazia com que os colonos depositassem seu dinheiro com o pagamento de juros nas casas comerciais, e posteriormente, em atividades industriais (HERING, 1987). “Foi assim que o conjunto das pequenas economias oriundas da lavoura se fizeram presentes no financiamento da própria indústria (HERING, 1987, p.104)”.

Essa idéia de acumulação vinda do interior das colônias também se encontra na obra de Ondina Pereira Bossle, para quem a origem do capital utilizado na gênese da indústria têxtil catarinense não teve relação com a economia cafeeira. Apesar de indicar a importância do comércio de importação e exportação para a economia da colônia, a autora atribui a formação do capital e a gênese da indústria na região, à experiência e ao conhecimento técnico-industrial dos colonos, (BOSSLE, 1988). Segundo Bossle, sobre a origem do capital industrial em Santa Catarina:

Fica, assim, esclarecido que o capital industrial catarinense não poderia ter tido origem na ligação com o complexo cafeeiro nem na transferência dos seus lucros, porque além do comércio de importação e exportação e dos recursos financeiros usados nas transações comerciais, Santa Catarina ainda contou com a contribuição efetiva do imigrante alemão e posteriormente dos italianos que migraram do Rio Grande do Sul para Santa Catarina. Estes, ao fixarem-se em solo brasileiro, trouxeram experiência e conhecimentos técnico-industriais que, aliados ao trabalho, formaram a base do capital industrial catarinense (BOSSLE, 1988, p.38).

Apesar da experiência e conhecimento técnico dos colonos ter sua importância no crescimento econômico e aparecimento da indústria na colônia, como veremos mais detalhadamente na subseção 3.2 desta pesquisa, a acumulação para a indústria também foi gerada pelo comércio baseado na extração de madeira que conforme se expandiu foi direcionado para as regiões ligadas a produção cafeeira, e portanto podemos observar uma conexão com a economia cafeeira além da possível fonte de acumulação encontrada na argumentação da autora, que se baseia principalmente na experiência e superioridade técnica

da força-de-trabalho do imigrante. Portanto, além das trocas entre o excesso da produção familiar e o exterior mediante o comércio de exportação e importação, a acumulação também foi proveniente da extração de madeira sob trabalho assalariado que fez com que os comerciantes acumulassem capital.

Sobre o processo de industrialização, com a fundação da Companhia Hering em 1880, Hering mais uma vez usa da idéia da cultura avançada do imigrante e da valorização do trabalho para justificar a hipótese de ter ocorrido uma associação solidária entre o empreendedor e os trabalhadores colonos (HERING, 1987). Porém, segundo Rocha (2013), os trabalhadores não tinham outra opção, senão vender sua força de trabalho primeiro na extração de madeira e em obras de infraestrutura e posteriormente na indústria, pois precisavam complementar sua renda para ter condições mínimas de subsistência. Devido à dominação local do comércio e da oferta de trabalho pelos comerciantes empreendedores, estes determinavam diretamente o acesso dos colonos à economia da região (ROCHA, 2013).

Deste modo, conforme são estabelecidos os aspectos relevantes como endo a cultura, a técnica e os valores do imigrante alemão, são deixados em segundo plano outros fatores que podem ter sido importantes como determinantes para a acumulação originária dessa região, entre eles, o papel da prévia organização produtiva baseada na extração de recursos naturais (visando a exportação para outras regiões do país), e o papel do Estado no financiamento das colônias e no repasse de capital financeiro estrangeiro na forma de construção e expansão de infraestrutura. Além disso a autora enxerga o comerciante colonial também, como uma espécie de banco para a poupança das famílias, mas segundo Giralda Seyferth (1974), esta poupança não deve ter se formado, devido à incapacidade do pequeno proprietário de subsistir através da renda da terra, tendo que inclusive, vender sua força-de-trabalho para empresas comerciais na extração de madeira e posteriormente na indústria têxtil para complementar sua renda. Segundo Seyferth a industrialização não pode ser explicada a partir da suposta poupança criada pelo excedente da pequena propriedade agrícola. Analisando a colonização alemã na região de Brusque, a autora também evidencia que, os colonos não eram autossuficientes e por isso, trocavam o excedente de sua produção por outros bens de consumo. Esse excedente comercializado era composto principalmente por fumo e banha, além dos produtos agrícolas necessários à sua subsistência como milho e mandioca. Os imigrantes alemães chegavam no Brasil em sua maioria, sem recursos materiais de grande significância e demoravam as vezes, meses para ter acesso à terra. Neste momento já começavam a depender dos “vendeiros” tanto para alimentação quanto para as ferramentas necessárias ao seu trabalho. A partir de sua primeira colheita, teriam que pagar suas dívidas e

contrair outras, novamente com os vendeiros num processo de troca sempre desfavorável ao camponês. A poupança dos colonos era insignificante quando observamos que a maior parte do excedente de sua produção acabava sendo apropriada pelos vendeiros, através das relações de troca. A pouca poupança que juntavam ao longo dos anos seria “quase toda aplicada no sentido de melhorar a propriedade ou adquirir mais terras para garantir a futura subsistência dos filhos” (SEYFERTH, 1974).

Podemos também concluir que a organização socioeconômica da região do Vale do Itajaí durante o século XIX, se fez voltada ao comércio de cabotagem, primeiramente com as regiões próximas à capital Desterro, e posteriormente com os maiores mercados do país, primeiro com a exportação de madeira (que já era extraída na região desde o início do século XIX), e depois com o avanço da indústria têxtil, ambas conforme se expandiram, visando aos mercados principalmente de São Paulo e Rio de Janeiro. E mesmo que as condições de acesso à colônia fossem baseadas num regime de pequena propriedade que foi o responsável pela ocupação do território, a inserção da região dentro das cadeias mercantis, se deu a partir do aumento do fluxo comercial proveniente principalmente da extração de madeira, além da comercialização de produtos agropecuários, propiciada pela força de trabalho do imigrante (ROCHA, 2014). Sobre a colonização alemã e a formação de Blumenau, Rocha conclui que:

O modelo de gestão implementado na colônia Blumenau buscava criar redes de cooperação e competição econômica que permitissem o aproveitamento máximo da produtividade de trabalho do imigrante. Este direcionamento era garantido pela criação de redes de absorção da força de trabalho externa nos nichos já constituídos pelos comerciantes. Ao estabelecer-se na colônia, o imigrante assume a tarefa de produzir renda para absorver novos produtos oriundos do comércio externo, atividade esta que seria sustentada pela exploração primária dos recursos da terra. (ROCHA, 2013, p.57).

3.2 Origem da indústria têxtil em Blumenau sob a ótica da EPSM

A América portuguesa se insere na economia-mundo capitalista no século XVI mediante a condição de colônia portuguesa e através da cadeia mercantil do açúcar. Como parte dessa cadeia mercantil, produzia o açúcar (com mão-de-obra escrava vinda da África) que era exportado para a Europa. Já no século XIX o Brasil continuou inserido na economia mundo capitalista ainda na figura de produtor agrícola, fazendo parte da cadeia mercantil do café. Primeiramente utilizando mão-de-obra escrava e posteriormente mão-de-obra assalariada, continuou exportando seu produto para as regiões centrais. (VIEIRA, 2010; VIEIRA, 2012). Segundo Silva, sobre o papel do Brasil dentro da economia mundial:

A própria economia cafeeira, a sua condição como centro motor do desenvolvimento do capitalismo no Brasil não é senão a forma concreta de inserção no Brasil dentro da economia mundial, a forma como se desenvolve o capitalismo em um país que ocupa uma posição subordinada dentro da economia mundial (SILVA, 1995, p. 98).

A partir do final do século XIX o Brasil, apesar de ainda ter função principal de exportador de produtos primários, começa a desenvolver atividades industriais. Agora com o uso de mão-de-obra assalariada assegurada pela imigração europeia. Através de importação de bens de produção obsoletos na região central, se estabeleceu a produção industrial de produtos de maior valor agregado (porém relativamente menor se comparados à fronteira tecnológica que se encontrava na região central). Esse foi o caso da implantação da indústria têxtil, como a analisaremos mais especificamente no caso de Blumenau. Para melhor entendermos a origem do capital utilizado na implementação desta indústria, é importante analisarmos as condições históricas que viabilizaram a colonização por povoamento dos imigrantes europeus. Observaremos então os interesses do Estado e dos principais agentes econômicos na região, que no caso eram os comerciantes de importação e exportação.

3.2.1 Colonização do Vale do Itajaí e imigração europeia no século XIX

A partir de 1808 no Brasil, há uma mudança de postura por parte do governo após a chegada da corte portuguesa, em relação às políticas de colonização. Essa mudança vem da constatação de que havia a necessidade de modificar o antigo sistema colonial. Uma das primeiras necessidades era da reconstituição de suas forças armadas num país com população heterogênea, dispersa e de quase 50% de escravos. “A heterogeneidade que resultava de um tal sistema, tanto racial como cultural e social, era situação por demais imprópria para um país que se tornara sede de uma monarquia europeia” (PRADO JR., 1989, p. 184). Isso, além da extinção do tráfico de escravos – principal corrente de povoamento até então – que já era esperada num futuro não tão distante, serviram de estímulo para a aplicação de reformas na política de povoamento do país com a intenção de formar novas correntes demográficas com a idéia de que a imigração europeia, com trabalho assalariado, formasse uma classe média no Brasil. Apesar disso, durante a permanência da corte no país e mesmo vários anos após sua partida, se estabeleceram poucos núcleos coloniais formados por europeus. A política de povoamento só se tornou eficaz após a extinção do tráfico negreiro, quando se fez necessária a obtenção de mão-de-obra assalariada (PRADO JR, 1989). Contudo, não se tornou realidade pela simples demanda por mão-de-obra, mas também pelas modificações que ocorriam na Europa continental graças ao processo de industrialização que lá se consolidava (LANDES, 1992).

A colonização em Santa Catarina se beneficiou de diversas leis assinadas ao longo do século XIX: A lei de 5 de maio de 1835, permitiu o estabelecimento de novas colônias; a de 15 de julho de 1836, introduziu a colonização por empresa; a de 2 de maio de 1837,

apresentou diversas disposições em relação à imigração; a Lei 142 de 29 de abril de 1840 designou distritos de colônias nas margens dos rios que descem a Serra Geral.

O ano de 1850 é de importância para a evolução econômica do Brasil e em particular, de Santa Catarina, pois ocorreu uma rearticulação da política de povoamento do governo imperial, que aumentou a imigração em quantidade e frequência (a província aumentou em 85% sua população, entre 1850 e 1872, passando de 86.490 para 159.802 habitantes. Nesse ano foi assinada a Lei Euzébio de Queiroz, abolindo o tráfico de escravos (CUNHA, 1982). Também foi assinada a Lei de Terras que apesar de visar principalmente facilitar a obtenção de mão-de-obra pelos fazendeiros, também propiciou a aquisição de terras pelos imigrantes além de ajudar a financiar a imigração. A lei acabou com o regime de posses, proibindo a aquisição de terras por outro meio que não a compra e aumentando o seu preço de forma a impedir com que colonos recém chegados tivessem acesso à terra, os obrigando a trabalhar nas grandes fazendas. Porém, com o interesse do Governo de povoar as terras do sul do país, a lei também usava os recursos da venda das terras para financiar gastos com a política de imigração. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que a lei condicionava os colonos no sudeste a trabalhar ao menos inicialmente para os fazendeiros, no sul ela incentivava a colonização em pequena propriedade por intermédio de companhias colonizadoras. A posição do Estado favorável à imigração e colonização verificada com essas duas leis, somada às modificações econômicas e sociais que ocorriam na Europa no mesmo período, possibilitaram o povoamento em Santa Catarina da maneira em que se deu, na colonização do imigrante com mão-de-obra livre em pequena propriedade (SANDRONI, 2002).

A ocupação do território de Santa Catarina até meados do século XIX foi atrelada aos mesmo moldes do que Caio Prado Jr. chamou de “o sentido da colonização” no Brasil. Guiada pela colonização portuguesa e com utilização de mão-de-obra escrava africana, apesar de nesta não se estabelecerem grandes latifúndios baseados em monocultura voltada para exportação. (PRADO JR., 1972) No caso do Vale do Itajaí, a região possuiu uma menor relevância econômica por causa da baixa taxa de ocupação e produção, pois estava fora das regiões de maior produtividade de café (Rio de Janeiro e São Paulo), devido às suas baixas temperaturas. Isto fez com que as atividades realizadas na região, conforme se expandiram, se voltassem para atender o mercado interno que se formou ao redor da economia cafeeira.

Quando da colonização da região que seria a cidade de Itajaí, primeiramente não se constituiu o povoamento ao redor de um núcleo principal (a freguesia, que segundo Peluso Jr. (1991), como organização urbana de origem portuguesa, se formava em blocos irregulares nos arredores da igreja e da praça). Originalmente os terrenos à margem da foz do rio tiveram

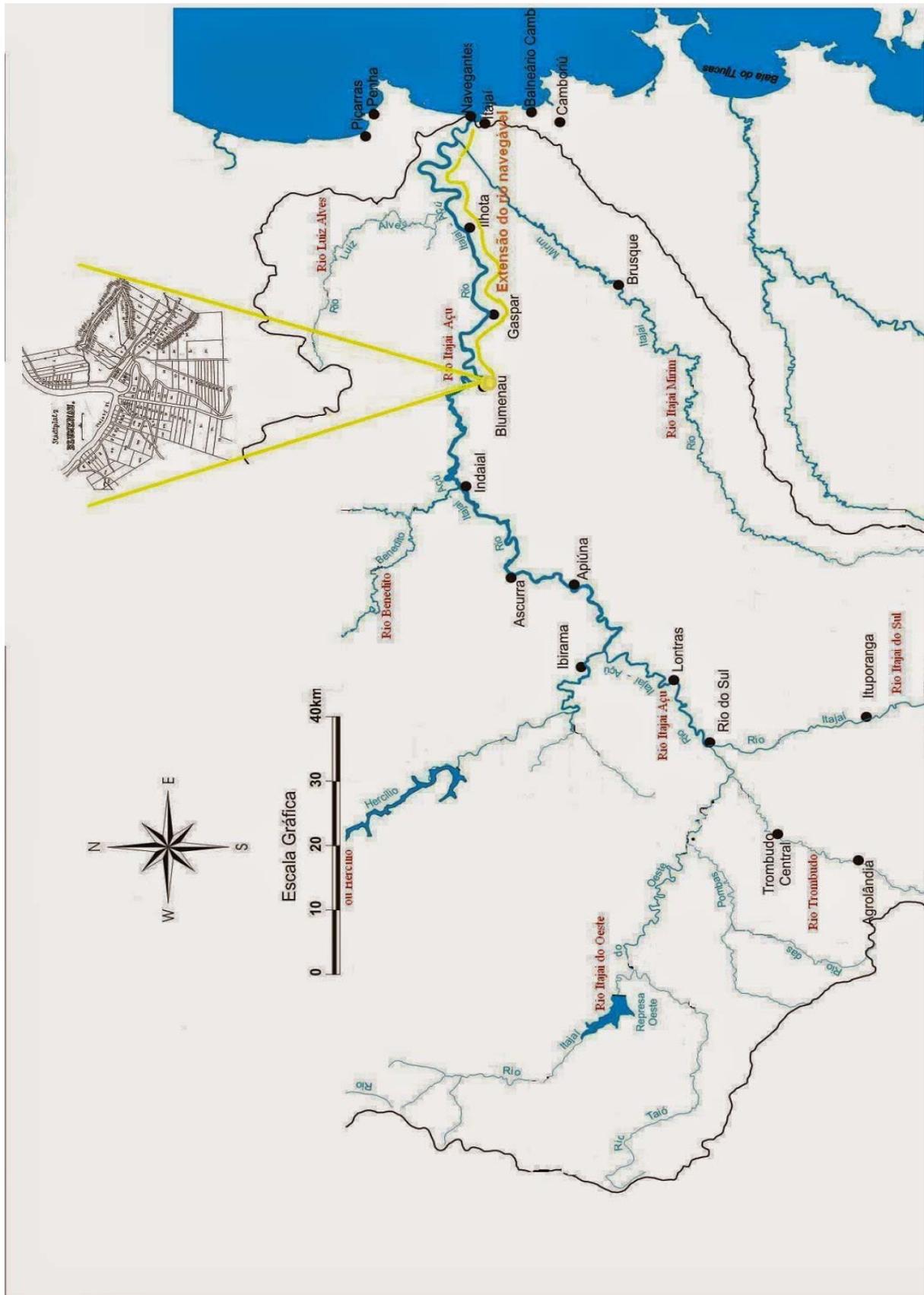
ocupação oriunda da distribuição de sesmarias e do apossamento de terras, onde segundo Moreira, “a extração de madeira, a exploração agrícola e a comercialização dos excedentes eram práticas não raras na foz do Itajaí” (MOREIRA, 1999, p. 74). Porém, segundo Ferreira da Silva, a “verdadeira função” de Itajaí começa em 1823 a partir da instalação na margem direita do Rio Itajaí-Açu da casa de negócios do comerciante português Agostinho Alves Ramos. Esta configurou um núcleo comercial que na época virou um centro de trocas, de armazenagem, de mão-de-obra livre e de novos moradores, orientando também o fluxo de comércio fluvial pelo Rio Itajaí-Mirim de onde “desciam” madeira e cereais com destino ao armazém de Alves Ramos (SILVA, 1960).

Segundo Moreira, a implantação de casas comerciais em locais estratégicos como na foz do rio Itajaí, provocou uma transformação na organização econômica da região, partindo do estágio de subsistência para o da pequena produção mercantil, com o aparecimento de uma “classe” de comerciantes de origem luso-brasileira, açóricio-madeirense e imigrantes alemães. Esta, que formou o núcleo de acumulação de capital no local conforme ligou o litoral e o Vale do Itajaí através do Porto de Itajaí, também se ligando com a capital Desterro. Segundo Moreira, sobre a utilização dos afluentes do Rio Itajaí no fluxo de mercadorias:

Historicamente associado à exportação da madeira o “porto” de Itajaí, em grande parte, condicionou seu desempenho, desde as primeiras décadas do século XIX, à movimentação dessa mercadoria por via fluvial, articulando-se, dessa forma à extração itinerante e à conquista do interior do vale (MOREIRA, 1995, p.112).

Como a via de transporte era a fluvial ao longo do Rio Itajaí-Açu e Itajaí-Mirim, a formação de novas casas comerciais se deu ao longo das margens desses rios, o que também delimitou as futuras ocupações quando da expansão da colonização na região do Vale do Itajaí, como próximas a estes rios. Este foi o caso da fundação de Blumenau (1850) e de Brusque (1860). (MOREIRA, 1995). Foi também decorrente das explorações dos rios afluentes do Itajaí por Agostinho Alves Ramos que nasceu a idéia da fundação de colônias na região, defendendo na capital da província a criação das colônias às margens dos rios Itajaí-Mirim e Itajaí-Açu que se chamariam respectivamente “Taboleiro” e “Pocinho”. Essas colonizações iniciais incentivaram a ocupação de outros territórios por imigrantes alemães vindos da Colônia de São Pedro de Alcântara (SILVA, 1958). Na figura 1 podemos observar os núcleos coloniais que se formaram ao longo do Itajaí-Açu e Itajaí-Mirim, conectados por via fluvial ao porto de Itajaí, dentre eles Blumenau.

Figura 1 – Principais Núcleos de Colonização Alemã no Vale do Itajaí



Fonte: WITTMANN, Angelina C. R. **A Ferrovia no Vale do Itajaí: estrada de ferro Santa Catarina**. Blumenau: EDIFURB, 2010. 304p.

O comércio em Itajaí teve mais um incentivo à expansão quando começou a se articular com o chamado “momento colonizador”, com a chegada de novos moradores ao núcleo portuário e com o subsequente alastramento de parte das atividades anteriormente centradas neste, aparecendo novas casas comerciais ao longo das margens dos rios e aumentando o intercâmbio entre o porto e o Vale. Desse modo também se dá a importância do ancoradouro construído na foz do Rio Garcia (na colônia Blumenau) que se estabelece como extensão da área portuária litorânea, conectando o porto de Itajaí às “baixadas, ao longo dos caminhos por onde chegavam os agricultores e, ainda, rio acima, até as proximidades do Salto (Itoupava)” (PELUSO JR., 1991, p. 371).

A extração de madeira já era uma produção antiga na região de Itajaí quando o comerciante Antônio Pereira Liberato, possuindo embarcações para navegação de cabotagem, orientou seu comércio para a exportação de madeira em meados do século XIX. Segundo Moreira, era comum ao comerciante local além da gestão do comércio de exportação, controlar as atividades produtivas, como proprietário de terras. Esta produção agrícola era destinada através de sua própria casa comercial ao pequeno mercado local e também, com os gêneros agrícolas já beneficiados e junto com a produção de madeira, eram destinados à capital Desterro. Portanto primeiramente o comércio do porto de Itajaí se destinava além do pequeno mercado local, à capital da província, e dessa forma, ligava o comércio dos afluentes do Rio Itajaí com o porto de Desterro, que ainda na primeira metade do século XIX era entreposto da produção proveniente de núcleos litorâneos próximos, ao longo da costa marítima (MOREIRA, 1995).

As atividades de beneficiamento como serrarias, estaleiros e olarias se localizavam sempre às margens dos rios, porém em locais mais afastados dos núcleos urbanos. Além da junção da atividade produtiva com a comercial, era comum a estes comerciantes também apoiar e participar dos empreendimentos de colonização. Conforme a presença do porto expandiu as atividades comerciais ao interior do Vale e ao longo das margens dos rios, a exportação de madeira cresceu nas décadas seguintes, surgindo como atividade principal de novos comércios fundados por imigrantes alemães como o Malburg, o Konder e Asseburg, que articularam o comércio portuário com o povoamento proveniente das colônias alemãs. Além da madeira, as firmas com sede em Itajaí, também comercializavam o excedente agrícola das colônias, como banha, manteiga e carne suína provenientes de Blumenau, e mandioca, açúcar mascavo e polvilho de Brusque e Gaspar. Porém a extração e exportação de madeira, (produto que possuía grande procura no mercado) se tornou a principal atividade comercial, transportada primeiramente pelo rio e sendo exportada para os portos de Santos e

Rio de Janeiro primeiramente por barcos à vela, também dos próprios comerciantes. Foi portanto o crescimento da exportação de madeira aliado ao intercâmbio com as áreas de colonização alemã recente que fortaleceram o setor de importação e exportação no porto de Itajaí. Estes comerciantes, além do controle da produção e exportação de madeira, e da intermediação da produção do Vale do Itajaí com os portos de Desterro, Santos e Rio de Janeiro, também desenvolveram conexões comerciais com a importação de mercadorias. Essas conexões permitiram que fossem iniciadas representações com companhias de navegação e instituições bancárias estrangeiras de modo que esses comerciantes progressivamente centralizaram as atividades de comércio, produção e bancárias, aumentando seu poder de influência sobre a economia da região (MOREIRA, 1995).

O transbordamento populacional ocorrido pela reorganização da divisão internacional do trabalho na Europa Continental, além de proporcionar a mão-de-obra necessária para o pleno desenvolvimento da economia cafeeira, também serviu para assentar o regime de assalariamento no Brasil, e permitiu a colonização na região sul, visto a utilização do imigrante, tanto para mão-de-obra nas grandes fazendas do sudeste, quanto para o povoamento das terras, mão-de-obra na extração de madeira, produção agropecuária e construção e infraestrutura no Vale do Itajaí (LANDES, 1992; ROCHA, 2014; PRADO JR., 1989).

As unificações da Alemanha e da Itália em 1871 ocorreram num período de industrialização e proletarização do campesinato europeu com a superação das relações pré-industriais no campo. Essa massa de proletários que se ampliou rapidamente, encontrou escape na migração para a América que exercia grande atração, sobretudo pela oportunidade de acesso à terra. Portanto, as ondas migratórias, a partir de 1880, foram fruto de uma modificação no modo de produção que na segunda metade do século XIX se instalou de forma tardia – porém rapidamente e em grande intensidade – na Alemanha e Itália unificadas (LANDES, 1994). De acordo com Singer:

Com o desenvolvimento da grande indústria no último quartel do século, o novo modo de produção fez surgir um excedente populacional diferente: artesãos e trabalhadores da indústria doméstica arruinados pela concorrência das grandes empresas; proletários lançados ao desemprego pelas crises de conjuntura; camponeses tornados redundantes pela revolução agrícola (SINGER, 1977, p. 87).

A grande maioria da imigração de europeus para o Brasil durante o século XIX se compôs num tipo de colonização onde os colonos se fixavam em grandes latifúndios, na condição de mão-de-obra assalariada, que Caio Prado chamou de “colonização por assalariados puros”. Devido à pressão da oligarquia cafeeira sobre este padrão de colonização

dominante neste período nas regiões de produção agroexportadora, houve uma barreira para a implementação de outras formas de colonização. Dessa maneira, um outro tipo de colonização, com organização de núcleos coloniais num sistema de pequena propriedade, obteve mais sucesso em regiões mais afastadas do padrão predominante neste período, como foi o caso de regiões de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. A organização destas colônias consistia em pequena propriedade agrupadas em núcleos de povoamento (PRADO JR., 1989). Destas, as primeiras colônias que se desenvolveram economicamente ao ponto de chegarem à industrialização foram as alemãs (HERING, 1982). Existiram, portanto, dois tipos diferentes de imigração. A ocorrida como compensação pela diminuição da mão-de-obra escrava nas fazendas de café e a ocorrida para colonização com objetivo de povoamento de territórios. Com finalidades diferentes, esses dois “tipos” de imigração ocorreram também em regiões diferentes do país. O que estabeleceu onde iriam ocorrer foi, segundo Prado Jr. (1989), ou a demanda por mão-de-obra para a lavoura, que absorveu quase todos os imigrantes vindos para as regiões de grande produção de café, ou as iniciativas governamentais e privadas de povoamento. Estas, no Vale do Itajaí, vieram atender e expandir a economia da região fornecendo força de trabalho para a produção agropecuária e para a extração de madeira. Portanto, sem a imigração europeia não teria havido naquele período contingente populacional suficiente para o povoamento das regiões do sul do Brasil, devido à abolição do tráfico de escravos e da futura abolição da escravatura. De acordo com Prado Jr.:

O sistema de “colonização” terá mais sucesso no Extremo-Sul do país (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), e em maiores proporções no Espírito Santo, longe destes casos da ação perturbadora e absorvente da grande lavoura. Encontrará aí o interesse e o estímulo dos governos locais das províncias, que procurarão solucionar com ele o problema de seus territórios quase desertos, e fomentar com o povoamento as atividades econômicas e as rendas públicas (PRADO JR., 1989, p.189-190).

Em Santa Catarina, a colonização foi diferente do Rio Grande do Sul e Paraná, tendo atraído menor interesse do governo e por isso dependeu principalmente das iniciativas de companhias particulares de colonização aliadas aos comerciantes de exportação e importação já previamente estabelecidos. Como afirma Waibel:

[...] a colonização oficial pela Província e depois Estado de Santa Catarina teve pouco êxito. O governo federal, por sua vez, não estava muito interessado na colonização deste pequeno estado. Assim, as companhias particulares de colonização tomaram a si o encargo e colonizaram as áreas florestais do estado de maneira muito efetiva (WAIBEL, 1979, p. 236).

As companhias de colonização europeias obtinham contratos de imigração do governo brasileiro, se comprometendo não só a introduzir os imigrantes em determinado período de tempo, mas instalar os serviços públicos básicos para seu estabelecimento e administrar a

colônia. O governo por sua vez, concedia a terra para as companhias e as subsidiava de acordo com a quantidade de imigrantes. Conforme a colônia crescia e as terras se valorizavam, as companhias recuperavam seu capital com a venda dessas terras. Por isso se fazia importante a ligação da colônia à economia de mercado, de forma a acelerar seu crescimento. Como podemos ver, se formou um negócio que apesar de ter alto risco, a longo prazo era muito lucrativo para a iniciativa privada, enquanto tirava do governo o esforço de organização tanto do local, quanto do recrutamento e transporte dos imigrantes (SINGER, 1977).

3.2.2 A colônia Blumenau e a gênese da indústria têxtil na região do Vale do Itajaí

Sendo beneficiado pela Lei de Terras de 1850, que concedia o poder sobre a concessão de terras devolutas da Coroa para as províncias, que passaram a poder vender estas para empreendimentos privados, o Dr. Hermann Otto Blumenau pôde adquirir com aparente facilidade grande extensão de terras, o que lhe permitiu a fundação de Blumenau. Fundada em 1850, inicialmente se caracterizava como uma empresa comercial que desde sua origem se integrou às relações de produção previamente existentes na região do Vale do Itajaí, começando suas atividades inicialmente com mão-de-obra escrava (mas que a partir de 1852 foi substituída com a chegada dos imigrantes alemães organizados em pequena propriedade rural) utilizada na construção de benfeitorias e na comercialização de madeira. A partir desse empreendimento privado, desde o começo articulado com o comércio de importação e exportação, que se estabeleceu o município. Sobre a Fundação de Blumenau, afirma Richter:

Fundaram a firma “Blumenau & Hackradt”, que iria operar como empresa particular agrícola-industrial, principiando com engenho de serras e pretendendo a fabricação e refinação de açúcar, óleos vegetais, aguardente, espírito de vinho e vinagre. Segundo o contrato entre os dois, 60% dos lucros ficariam com o Dr. Blumenau e 40% com Hackradt. O primeiro recebeu mais 2 mil táleres (2837 réis) enviados ao Rio pelo seu pai, da Alemanha. Ao todo, até julho de 1848 investiu 7000 réis na empresa (RICHTER, 2004, p. 36).

Com o estabelecimento dos colonos, as propriedades na colônia Blumenau se dividiram em 25 hectares. Essa relativamente pequena extensão de terra, era utilizada para a agricultura num sistema de rotação que exigia o repouso de parte do terreno após sua utilização. Pelo fato das propriedades serem pequenas, não havia tempo necessário para a rotação o que, somado à eventual divisão das propriedades pelas heranças, acabou gerando empobrecimento do solo. Segundo Mamigonian, essa seria uma das explicações para o surgimento de mão-de-obra não qualificada na colônia, a qual seria absorvida pela indústria. (MAMIGONIAN, 1965). Porém segundo Rocha, a força-de-trabalho do imigrante era utilizada desde cedo nas atividades de extração de madeira, controladas pelos comerciantes de

importação e exportação e conforme se deu a acumulação de capital pelos comerciantes da região, esta mão-de-obra teria sido realocada na indústria nascente. (ROCHA, 2013). Sobre a exploração da força-de-trabalho do imigrante, Rocha afirma:

(...) este mercado era organizado por comerciantes que detinham o poder sobre a gestão local, legitimando a sujeição da produção ao comércio e atuando mesmo para catalisa-la – então podemos observar a existência formal na colônia/município de Blumenau de uma forte desigualdade entre produtores diretos e comerciantes, instituída pela sujeição formal de todas as instituições locais ao mercado, inclusive a pequena propriedade; e pela exploração da força de trabalho, composta tipicamente pelo imigrante pobre que adquiria terras a crédito e submetia-se a todos os trabalhos necessários na organização produtiva local que lhe fornecessem renda para a subsistência e quitação de sua propriedade (ROCHA, 2013, p.75-76).

Portanto, o trabalho livre gradativamente formou um mercado interno que no Vale do Itajaí era controlado pelos comerciantes de importação e exportação. Estes que foram a favor da imigração europeia e do estabelecimento de colônias justamente pela demanda existente na região por força de trabalho para a extração de madeira e produção agropecuária, além da geração de mercado interno para os produtos importados.

Apesar de não poder ser excluída a importância da capacidade técnica dos imigrantes e o chamado “espírito empreendedor”, identificados por Hering (1987) como principais geradores de crescimento na colonização de Blumenau, podemos concluir a partir desta leitura que a idéia de que os colonos alemães teriam desenvolvido uma economia de dinâmica interna própria e isolada dos determinantes já estabelecidos na região quando da fundação das colônias, produzindo acumulação de capital necessária para começar atividades industriais (devido unicamente a uma reconstrução de cultura europeia e de uma capacidade técnica superior), não se sustenta, pois desde sua fundação as colônias do Vale do Itajaí se ligaram à extração de madeira e ao comércio existentes na região. A extração de madeira da colônia Blumenau e das regiões próximas se destinava (por meio de navegação do rio Itajaí-Açu até o porto de Itajaí, e de lá, por cabotagem) ao Rio de Janeiro e São Paulo. Nesse fluxo comercial, observamos a presença mediadora dos comerciantes, como centralizadores de recursos monetários, contratando a força-de-trabalho do imigrante alemão para a extração e preparação da madeira para a venda, pagando preço reduzido ao proprietário da terra pela extração, e vendendo a madeira para o mercado externo à colônia, o que resultava num movimento de apropriação centrado no comerciante. O trabalhador colono necessitava da compra de mercadorias importadas para atender sua subsistência e se prendia à terra devido à sua dívida com a companhia de colonização. A pequena propriedade dos colonos significava a ausência de autonomia devido a sua baixa produtividade. Por isso, não havia geração de poupança das famílias, que já chegavam no país endividadas e que para subsistir, além da agricultura,

precisavam complementar sua renda através do assalariamento, majoritariamente alocado na extração de madeira ou em obras de infraestrutura financiadas pelo investimento estrangeiro ou pelo Estado (ROCHA, 2013). Portanto aqui verificamos que a produção de madeira como mercadoria de exportação para fora da colônia não constituía um meio de obtenção de poupança para os colonos, ao invés disso, gerando uma espécie de acumulação primitiva concentrada nas mãos das empresas comerciais. Por isso, enquanto o modelo de pequena propriedade facilitou a subsistência da colônia, os excedentes exportados que originaram o fluxo comercial eram, além da produção agropecuária, principalmente produtos da exploração da mão-de-obra do imigrante em atividades de extração de madeira controladas por comerciantes. Os pequenos proprietários não tinham total autossuficiência, dada a baixa dimensão e produtividade dos terrenos, e por isso, vendiam sua força-de-trabalho para empresas comerciais voltadas principalmente à extração de madeira, além de obras de infraestrutura financiadas pelo Estado ou pelo capital estrangeiro. (ROCHA, 2013).

Conforme constata Mamigonian, a colônia era formada por pequenas propriedades agrícolas de 25 hectares com o trabalho ordenado em policultura, onde se produzia excesso de mandioca, açúcar, feijão, milho, manteiga, banha, entre outros. Além disso também se produzia tabaco e se extraía madeira para a comercialização. No chamado “sistema colônia-venda”, o excedente gerado pela produção agropecuária, além da extração de recursos naturais foi acumulado pelos comerciantes, que acabaram possuindo barcos – para o comércio que utilizava as vias de navegação até o porto de Itajaí – e produzindo eletricidade. O comércio virou uma fonte de acumulação de capital. Além de trazer produtos importados para a colônia, o lucro obtido pelo comércio era reinvestido na construção de engenhos e serrarias visando o comércio de exportação. Foram os “vendeiros” que primeiro acumularam riqueza, por via do domínio econômico das relações de troca, controlando os preços de compra e venda dos produtos comercializados dentro da colônia. Essa acumulação viria a ser utilizada para a oferta de crédito, inicialmente à produção agrícola de subsistência. Posteriormente foi usada na construção de engenhos e serrarias, e mais tarde no financiamento da indústria. Essa conclusão também se aplica ao caso de Brusque, onde o vendeiro Carlos Renaux inaugura a primeira fábrica de tecidos, com capital proveniente de sua atividade comercial (MAMIGONIAN, 1965).

A ligação mais importante no transporte entre Blumenau e o porto de Itajaí no período estudado foi primeiramente a navegação fluvial no rio Itajaí-Açu e posteriormente sua junção com a ferrovia. Em 1878 foi fundada a Companhia de Navegação Fluvial a Vapor Itajahy-Blumenau, atendendo o transporte de pessoas e mercadorias ao longo de trajeto de Blumenau

ao porto de Itajaí num percurso de 72,3 km. A construção da ferrovia pela companhia Estrada de Ferro Santa Catarina (EFSC) – fundada em Berlim em 1907 pelo truste entre a Sociedade Colonizadora Hanseática e bancos e empresas alemãs – foi o próximo passo para a melhoria da infraestrutura de transporte na região, mas ela não começaria a se expandir para se ligar diretamente ao porto de Itajaí até meados da década de 1930. Ao invés disso, primeiramente a ferrovia foi construída para ligar Blumenau com as colônias do interior do Vale do Itajaí. Em 1909 a EFSC adquiriu dois terços das ações da Itajahy-Blumenau, o que possibilitou com que o tráfego de pessoas e mercadorias (madeira, cereais, alimentos e fécula de mandioca) se fizesse conjugado entre a ferrovia e a navegação fluvial, através de Blumenau, até o porto de Itajaí. Essa junção ligou o interior do Vale do Itajaí até o porto de Itajaí, proporcionando um aumento no fluxo de produtos transportados e comercializados da região, passando por Blumenau e posteriormente por Itajaí, e indo para os grandes centros da economia nacional (GOULARTI FILHO, 2010).

Utilizando a idéia dos CSA de Arrighi expostas no capítulo 2, podemos observar este fluxo de capital proveniente do centro da economia-mundo capitalista e que foi alocado na construção da ferrovia no Vale do Itajaí assim como a expansão das atividades de transporte fluvial no rio Itajaí-Açu, como efeito direto da expansão financeira do CSAB, de modo que se esta não tivesse ocorrido, este capital financeiro proveniente de uma expansão material anterior (neste caso ocorrido na Europa continental), não teria existido.

3.2.3 A Indústria Têxtil e a Gebrüder Hering

A região do Vale do Itajaí se ligou à economia nacional de forma subsidiária, auxiliando a produção cafeeira instalada nas regiões centrais do país, através da comercialização de produtos alimentares e da extração de madeira. Posteriormente conforme se deu a acumulação, originada da extração de madeira e outras atividades agropecuárias, as atividades capitalistas puderam se deslocar para produtos de maior valor agregado, como foi o caso da produção têxtil da Companhia Hering. Esta que conforme se expandiu, também se ligou aos mercados de São Paulo e Rio de Janeiro, tornando-se assim como as outras atividades na região, subsidiária à atividade agroexportadora de café.

Hermann Hering, o fundador da companhia Gebrüder Hering, teve amplo contato com a industrialização e urbanização que avançava rapidamente pela Alemanha na segunda metade do século XIX. Em seu país natal, foi mestre tecelão de meias, fabricou charutos, e foi proprietário de um boteco. Quando veio para o Brasil em 1878, comprou um tear manual de malharia e começou com sua família um negócio artesanal. Diferente de indústrias que

usavam matéria-prima local, como no caso da madeira para os móveis, o porco para a banha e o sabão, e o fumo para os charutos, a produção têxtil não tinha acesso local ao fio de algodão. Portanto o fio de algodão para a confecção era importado da Alemanha, país de origem dos imigrantes e que com isso conservava um relativo contato com a colônia. Além da matéria-prima, a indústria têxtil também dependia da Alemanha para a compra de bens de capital, tanto teares quanto as máquinas de fiar (MAMIGONIAN, 1965).

A Cia. Hering, foi a primeira empresa têxtil de Blumenau, e a princípio contava com a importação de fio direto da Alemanha. Posteriormente o fornecimento de fio de algodão, com crédito a longo prazo foi assegurado por uma casa comercial com sede no Rio de Janeiro. Podemos observar aqui mais uma vez a ligação entre capital acumulado no comércio e a implantação da indústria. Artigos têxteis importados, apesar de terem um custo de produção menor, chegavam ao Brasil após altas taxas e muitos intermediários, enquanto a importação do fio de algodão era praticamente livre de impostos, o que fez com que o produto produzido na colônia, alcançasse preço competitivo. Porém, a irregularidade no fornecimento fez com que em 1913, se implantasse uma fiação própria, se aproveitando do câmbio favorável para a importação de maquinaria, também vinda da Alemanha. Com a integralização da fiação em seu processo produtivo a partir de 1913, a Hering para de importar o fio de algodão da Alemanha e passa a comprar o algodão bruto do nordeste do Brasil. Isso assegurou a produção durante o corte de relações comerciais com a Alemanha durante a 1ª Guerra Mundial. Mesma sorte não teve a Cia. Karsten que sem o fornecimento do fio, parou suas atividades durante a guerra (HERING, 1987).

Inicialmente Blumenau importava de fora da colônia ferragens, querosene, sal, fósforos e tecidos. Essa demanda acabou sendo em parte absorvida pelos artesanatos e indústrias locais de tecidos, malhas e fósforos que surgiram subsequentemente. Sua produção industrial era escoada para o mercado nacional ou para o local, dependendo do produto. Banha, manteiga, charutos e madeira serrada, eram comercializados com Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, etc. A produção têxtil da Hering, era fornecida para o mercado de Blumenau nos primeiros 10 anos de sua existência, até 1890, quando começou a se espalhar pelo Vale do Itajaí, e posteriormente pelo resto do estado, graças à ligação fluvial do rio Itajaí-Açu ao porto de Itajaí, chegando no Rio Grande do Sul e São Paulo em 1910, e Rio de Janeiro em 1913, por intermédio das companhias de importação e exportação “Assemburg e Cia.” e “Carl Hoepcke” que já comercializavam com a Hering, e segundo Colombi (1979), agiam como uma espécie de fretista da empresa, realizando o transporte fluvial ao longo do Rio Itajaí-Açu até o porto de Itajaí. A indústria têxtil surgiu em Blumenau antes da instalação das redes

elétricas. Com isso, de 1880 a 1893, a produção da Hering era baseada em máquinas que funcionavam a partir de trabalho manual. Porém, para aumentar o crescimento da produção se fez necessária a instalação de uma roda d'água em 1893, que já em 1906 seria acompanhada de uma turbina. Em 1915, foi construída a usina Salto, por um grupo de comerciantes de importação-exportação aliados à empresa de alemães estabelecida em São Paulo “Bromberg, Hacker & Cia.”³ (MAMIGONIAN, 1965), com tecnologia importada totalmente da Alemanha. Mais uma vez podemos identificar a fonte do capital investido na produção e na compra de bens de produção, neste caso a junção entre o capital acumulado no comércio e o capital financeiro proveniente de regiões centrais da economia-mundo capitalista.

O grande salto na conquista do mercado nacional foi durante a 1ª Guerra Mundial, período em que não houve concorrência com a malha estrangeira, o que favoreceu as empresas têxteis nacionais que tivessem condições de continuar sua produção durante este período (MAMIGONIAN, 1965). A guerra teve impacto direto sobre a economia catarinense, influenciando sua indústria, que segundo Hering “mantinha laços estreitos com a Alemanha, tanto na importação de matérias-primas, quanto nas transações bancárias e formação técnica de sua mão-de-obra” (HERING, 1987). Além disso, a companhia ferroviária EFSC era alemã e com a guerra, foi ocupada por uma missão militar do Governo brasileiro, que anulou os contratos da companhia com a União e arrendou a EFSC e sua seção fluvial ao governo do estado de Santa Catarina por um prazo de 30 anos (GOULARTI FILHO, 2009). Com a guerra, os laços com a Alemanha foram temporariamente cortados, porém, o aumento da inflação pelo aumento dos preços dos importados, favoreceu muito a produção que começou a utilizar sua plena capacidade produtiva. O aumento do preço de importados, política econômica utilizada pelo Estado para equilibrar suas contas sem interferir nas exportações, e portanto, na produção cafeeira, acabou servindo como estímulo à consolidação das indústrias catarinenses, voltadas à demanda interna. Porém, fora de situações de crise, as indústrias nascentes ficavam mais uma vez comprometidas. Apesar desse período de incerteza que ocorreu até 1930, quando se modificou a política econômica a favor da indústria, parte importante das atividades industriais sobreviveu e pôde avançar até o ponto onde seus produtos se tornassem competitivos (CASTRO, 1988).

A colonização desta região pela imigração alemã, ao mesmo tempo que é uma consequência do processo de industrialização ocorrido na Europa continental (que por sua vez

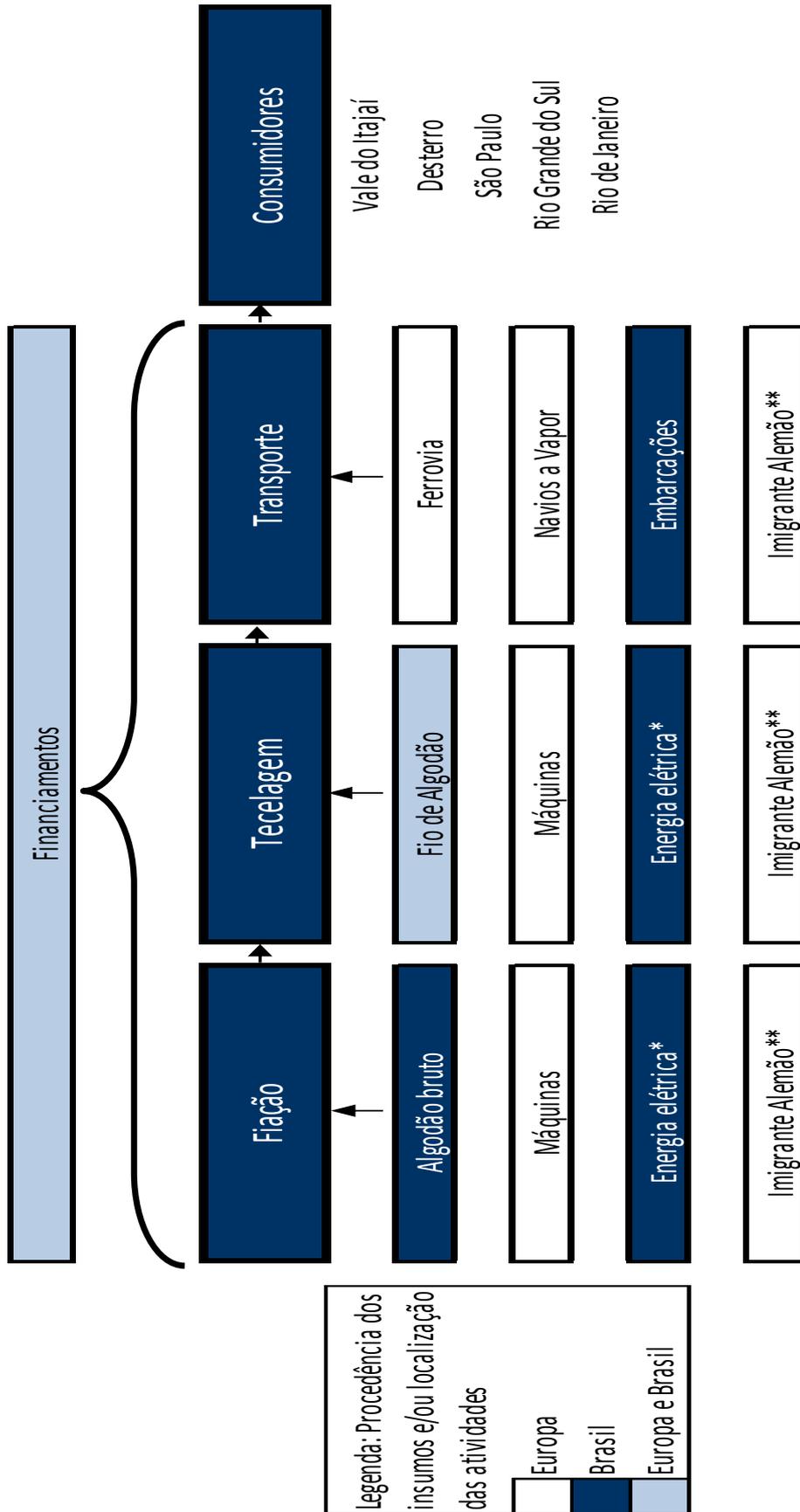
³ A parte da empresa paulista seria comprada pelo Banco Agrícola e pela empresa Hoepcke, de Florianópolis, com ajuda financeira do “Banco Alemão Transatlântico”, movendo a sede da empresa de São Paulo para Blumenau em 1924.

ocorreu como decorrência da expansão material do CSAB), também é reflexo da cadeia mercantil do café (responsável pela geração de mercado interno na região de São Paulo e Rio de Janeiro), esta que propiciou a demanda por mão-de-obra devido ao desenvolvimento na região do Vale do Itajaí de uma economia subsidiária à economia agroexportadora de café. A instalação da indústria têxtil em Blumenau se deu de forma que sua produção conforme se expandiu, também foi direcionada aos mercados constituídos ao redor da economia do café. Por sua vez, a construção e expansão de infraestrutura de transporte que possibilitou a vazão e o aumento do fluxo de mercadorias entre o Vale do Itajaí e o mercado nacional só se fez possível graças aos investimentos em transporte fluvial e ferroviário financiados por capital alemão (que foi gerado em decorrência da expansão financeira do CSAB). Com isso se conclui que, a acumulação necessária para a gênese da indústria têxtil em Blumenau, assim como sua expansão pelo mercado nacional, pode ter sofrido influência de impactos gerados pela expansão financeira dentro do CSAB ocorrida a partir de 1870 na região central da economia-mundo capitalista, além da reafirmação do “sentido da colonização” do Brasil como região periférica, apoiada no papel de economia agroexportadora de café como produtora de produtos primários dentro da cadeia mercantil do café.

A seguir, será apresentado um esboço da configuração da produção têxtil da Cia. Hering em Blumenau no período 1880-1930, numa tentativa de melhor visualizar as possíveis influências e condicionamentos que as mudanças sistêmicas ocorridas durante o século XIX possam ter provocado sobre a formação dessa indústria neste determinado período, assim como abrir a possibilidade de um estudo mais amplo que situe a produção têxtil dessa região dentro de uma organização mais complexa com o potencial de construção de uma cadeia mercantil, de maneira a melhor reconhecer a posição e a função desta região dentro da economia-mundo capitalista.

Apesar de não chegarmos numa reconstrução completa de uma cadeia mercantil da produção têxtil, a forma utilizada para a construção do esquema na figura 2, foi largamente inspirada no esboço da cadeia mercantil do açúcar elaborado por Pedro Antônio Vieira, que em sua obra ilustrou a extensão da cadeia mercantil “através da identificação e localização espacial dos principais processos que a compõem” (VIEIRA, 2010, p. 523). Está se mostra um importante instrumento de análise, pois segundo o autor, a reconstituição de cadeias mercantis pode também examinar a complexidade social, o alcance espacial e as mudanças dessas cadeias (VIEIRA, 2010).

Figura 2 - Configuração da Produção Têxtil da Cia. Hering em Blumenau (1880-1930)



*Produzida em usina da região, construída com maquinaria alemã e com financiamento parcialmente alemão

**A mão-de-obra incluiu também as gerações subsequentes dos imigrantes alemães, já nascidas no Brasil.

A figura 2 é uma simplificação do processo de produção têxtil da Companhia Hering no período 1880-1930, que evidencia as diferentes regiões envolvidas no processo produtivo. Podemos utilizar esse esboço para identificar com maior clareza as etapas envolvidas na produção e na circulação dessas mercadorias, com maior enfoque na procedência dos fatores que possibilitaram sua produção. Vemos que a produção primeiramente do tecido e posteriormente com a verticalização da etapa da fiação, eram feitas em Blumenau, assim como o transporte até o porto de Itajaí, e de lá, até os mercados consumidores, eram todas etapas que ocorriam no território brasileiro. Porém quando analisamos a origem do financiamento, concluímos que era tanto interna quanto externa. Isso se deu, pois os fundos necessários para a produção eram fonte da acumulação concentrada pelo capital comercial no comércio de importação e exportação da região do Vale do Itajaí com os mercados de Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro; e também tinham origem no capital financeiro vindo da Europa, quando da tomada de empréstimos de instituições bancárias estrangeiras. A construção da infraestrutura de transporte e energia, tanto a estrada de ferro quanto a navegação a vapor (com exceção de embarcações à vela que inicialmente eram construídas localmente e utilizadas pelos comerciantes na navegação de cabotagem) e a construção da usina de energia, foi feita com capital financeiro proveniente da região central, primeiramente pelo investimento de empresas alemãs com capital e tecnologia alemã, e no caso das ferrovias, também pelo subsídio do governo Brasileiro que na época era grande tomador de empréstimos da Grã-Bretanha, o que segundo Baer (2002) indica que parte do fluxo financeiro proporcionado pela tomada de dívidas deve ter sido alocado na forma de subsídios à construção da malha ferroviária no Brasil. Já as máquinas e a força-de-trabalho utilizados na produção, eram provenientes da Europa, no caso ambos vindo da Alemanha (com exceção da mão-de-obra formada a partir da segunda geração dos colonos imigrantes alemães, e que nesse caso já eram nascidos no Brasil), enquanto o fio de algodão era primeiramente importado da Europa e posteriormente, a partir de 1913 fabricado pela própria empresa, com matéria-prima produzida no Brasil. Portanto, podemos identificar no esquema montado na figura 2 fatores externos importantes que teriam influenciado e permitido a produção industrial têxtil em Blumenau. Estes fatores externos, que foram provocados por mudanças sistêmicas ocorridas na região central da economia-mundo capitalista durante o período do CSAB.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta monografia se procurou realçar os aspectos sistêmicos que teriam influenciado na origem e desenvolvimento do processo de industrialização na cidade de Blumenau, dando indicações que este talvez não tenha sido um acontecimento isolado da economia nacional e das cadeias mercantis globais. O estudo dos fatores que propiciaram a formação industrial na região do Vale do Itajaí, sugere que este pode ter feito parte de um processo sistêmico de acumulação de capital, de modo a ser subsidiário à produção cafeeira nacional que integrava a cadeia mercantil do café. Além disso, se detectou a presença de capital financeiro, de mão-de-obra imigrante, de bens de capital e de construção de infraestrutura na região do Vale do Itajaí a partir da segunda metade do século XIX, todos provenientes da Europa, e segundo a análise preliminar feita sob a ótica da EPSM, efeitos de mudanças sistêmicas ocorridas durante o século XIX.

No capítulo 2 vimos como durante o Longo Século XIX, a expansão material do CSAB sob liderança hegemônica da Grã-Bretanha, junto com o processo de unificação dos Estados Nacionais durante o período de *Pax Britannica* causou uma rápida difusão da industrialização na Europa continental propiciada por um grande crescimento de mão-de-obra e demanda. Enquanto que fora da Europa, propiciou a expansão da economia-mundo capitalista com a integração através do imperialismo de livre comércio, da produção e da distribuição em cadeias mercantis globais, organizadas de modo que a maior parte da riqueza gerada ao longo do fluxo das mercadorias se destinava à região central, sobretudo à Grã-Bretanha. A partir de 1870, o grande aumento da produção fez com que o circuito financeiro trouxesse maior rentabilidade do que o produtivo nas regiões centrais, concentrando o capital líquido principalmente nas mãos do poder hegemônico que proporcionava crédito para os Estados reafirmando suas dependências e subordinação ao setor financeiro controlado pelo Hegemon. Com a expansão do endividamento dos Estados os rendimentos no setor financeiro se inflam expandindo o processo de financeirização, o que provocou a mudança para a expansão financeira no CSAB trazendo transformações não só na Europa mas também no Brasil.

Durante o período de dominação britânica sobre o sistema-mundo, o Brasil continuou exercendo a função que já lhe cabia desde sua incorporação à economia mundial no século XVI. Apesar de se tornar independente politicamente de Portugal, a região brasileira continua parte periférica dentro do sistema, produzindo bens de caráter primário destinados ao centro da economia e se abastecendo de produtos industriais provenientes também do centro.

Durante o século XIX e principalmente a partir da expansão financeira inglesa, o Estado brasileiro se endivida devido à abertura de mercados sob o regime imperialista britânico, o que se tornou mais uma forma de controle sobre regiões periféricas.

No capítulo 3 foram analisadas algumas explicações com diferentes visões sobre a colonização e a origem do processo industrial em Blumenau, e então foi montada uma análise sob a ótica da EPSM. Apesar de não fazer parte da política econômica do governo (influenciada pela posição da região dentro da divisão internacional do trabalho e das elites agrárias internas) durante o período estudado, o processo industrial conseguiu se desenvolver graças ao estímulos sistêmicos provenientes da expansão financeira, que proporcionou grande oferta de capital líquido no Brasil, entrando no país tanto na forma de investimentos privados quanto em endividamento do Estado realizado no controle de contas mas também no subsídio à construção de infraestrutura. A introdução da infraestrutura de transporte e energia aumentou a integração do mercado interno tanto para baratear e aumentar o fluxo da produção cafeeira dentro da cadeia mercantil do café, quanto para integrar mercados regionais expandindo a ligação com economias subsidiárias à economia cafeeira, como no caso da extração de madeira no Vale do Itajaí que contou com a construção de estrada de ferro e expansão da navegação fluvial a vapor mediante capital alemão. A industrialização na Europa continental expandiu a imigração europeia para o Brasil, proporcionando mão-de-obra barata tanto para a produção de café em São Paulo e Rio de Janeiro, quanto para agropecuária e extração de madeira no Vale do Itajaí, onde neste último, influenciou na acumulação originária de capital que foi posteriormente utilizada na implantação de indústrias na região. Quando da implantação da indústria, a mão-de-obra do colono que já tinha a condição de assalariado na extração de madeira e na construção de obra públicas fluiu para o emprego na indústria têxtil, conforme esta se expandiu. Além da proveniência da mão-de-obra, vinda pelo transbordamento ocorrido pela reorganização da divisão internacional do trabalho na Europa continental; do capital financeiro, disponível pela expansão financeira do CSAB, alocado na concessão de crédito e construção de infraestrutura; da região central também vieram os bens de capital utilizados no processo de produção industrial, estes obsoletos nos países europeus.

Assim concluímos que a colonização e a gênese da indústria têxtil na cidade de Blumenau apresenta possíveis ligações com as dinâmicas e modificações sistêmicas da economia mundial, tanto pelas indicações de uma posição subsidiária à produção cafeeira no Brasil, que teria lhe proporcionado o mercado consumidor e expandido sua acumulação originária de capital; quanto na vinda de mão-de-obra, capital financeiro, bens de capital e construção de infraestrutura, fatores que podem ter sido provenientes das mudanças cíclicas

ocorridas dentro do CSAB durante o longo século XIX. A conclusão parece indicar que há possíveis conexões entre essas mudanças sistêmicas e o processo de colonização e industrialização ocorridos no período estudado. Contudo devemos mais uma vez realçar os limites desta pesquisa, que foi reduzida a poucos casos e utilizou em sua maioria, fontes secundárias para montar sua hipótese. No entanto esta conclusão aponta direções importantes a serem seguidas em futuros estudos que tenham por interesse essa área. Uma análise mais aprofundada da organização do processo de produção e circulação das mercadorias com o estudo de um maior número de empresas na região além de a utilização de um método comparativo entre estruturas produtivas de empresas deste setor localizadas em outras regiões, poderia permitir identificar com maior clareza e certeza os aspectos sistêmicos da indústria têxtil em Blumenau e no Vale do Itajaí, além de posicionar de forma mais concreta o formato da estrutura produtiva, com a possibilidade de inseri-la na elaboração de uma cadeia mercantil da produção têxtil.

5 REFÊRENCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: UNESP; São Paulo: UNESP, 1996. 393p.

ARRUDA, P. F. A presença imperialista nas origens da industrialização brasileira. (1889-1930). **Lutas Sociais**. n. 21-22. P. 83-95. 2009.

BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 2002. 509p.

BOSSLE, Ondina Pereira. **História da industrialização catarinense: (das origens a integração no desenvolvimento brasileiro)**. [Rio de Janeiro]: CNI: [Florianópolis]: FIESC, 1988. 155p

CASTRO, Antonio Barros de. **7 ensaios sobre a economia brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Forense, 1972. 2v

COLOMBI, Luis V. **Industrialização de Blumenau: o desenvolvimento da Gebruder Hering: 1880**. Dissertação (mestrado). Florianópolis: UFSC, 1979.

CUNHA, Idaulo José. **Evolução econômico-industrial de Santa Catarina/ Idaulo José Cunha**. Florianópolis: FCC, 1982. 169 p.

DOBB, Maurice Herbert. **A evolução do capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 284p.

FILOMENO, F. A. **Brasil e Argentina nos quadros da economia-mundo capitalista: dívida externa e política econômica (1870-1930)**. 2006. Dissertação (mestrado) – PPGE, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

GASPARIAN, Fernando. **Capital estrangeiro e desenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973, 196p.

GOULARTI FILHO, Alcides. Padrão de crescimento e sistema de transportes em Santa Catarina, 1880-1945. **América Latina en la Historia Económica**. México, n. 34, 2010, p. 125-158.

LANDES, David S. **Prometeu desacorrentado: Transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até os dias de hoje**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. 653p.

MAMIGONIAN, Armen. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 27, n. 3, p. 389-483, jul.-set.1965.

NIVEAU, Maurice. **História dos Fatos Econômicos Contemporâneos**. São Paulo: DIFEL, 1969, 540p.

PELUSO JR., Victor. **Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora UFSC e Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1991.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens da nossa época. 2ª ed. Rio de Janeiro: Capus, 2000. 349p.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

_____. **História Econômica do Brasil**. 37. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 364p

RICHTER, Klaus. **A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a Colonização do Interior de Joinville e Blumenau**. Blumenau: FURB, 1992. 106p.

ROCHA, Cleiton Junior Pereira da. *Acumulações Originárias*. Dissertação de mestrado em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2013.

_____. Fundamentos histórico-sociológicos da acumulação originária no Vale do Itajaí-SC. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 2, n. 1, p. 175-195, 2014.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim**: um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Movimento, 1974. 159p.

SILVA, José Ferreira da. Os primeiros moradores. In: CUNHA E SILVA, Laércio. **Itajaí – Cem Anos de Município**. Itajaí, 1960.

SILVA, Luiz Ferreira da. **Blumenau em Cadernos**. t. 1, n. 8, 1958.

SILVA, Sergio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1981, 120p.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. 377p

_____. O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930). In: FAUSTO, Boris (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. III. O Brasil Republicano. 1. Estrutura de poder e economia (1889-1930). 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 462p.

VIANNA, O. **Populações Meridionais do Brasil**. Brasília, Senado Federal: Conselho Editorial, 2005.

VIEIRA, P. A.; SANTOS, F. P.; COMERLATTO, L. **Revisitando as origens da indústria no Brasil**: uma interpretação da Economia Política dos Sistemas-Mundo. In: IX Encontro de Economia – Região Sul, Florianópolis, 2006.

VIEIRA, Pedro Antônio. A inserção do “Brasil” nos quadros da economia-mundo capitalista no período 1550-c. 1800: uma tentativa de demonstração empírica através da cadeia mercantil do açúcar. **Economia e Sociedade**, v. 19, n. 3, p.499-527, dez. 2010.

VIEIRA, Rosângela de Lima. A cadeia mercantil do café produzido no Brasil entre 1830 e 1929 In: **O Brasil e o Capitalismo Histórico: passado e presente na Análise de Sistemas-Mundo**. 1ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 271-302.

WAIBEL, L. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1979.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **The Modern World-system**. University of California Press, 2011. 440 p. (Studies in social discontinuity).

_____ Análise dos Sistemas Mundiais. In: Giddens, Anthony. **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Unesp, 1999: 447-469.

WITTMANN, Angelina C. R. **A Ferrovia no Vale do Itajaí: estrada de ferro Santa Catarina**. Blumenau: EDIFURB, 2010. 304p.